



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 057

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE AGOSTO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luís Nishimori - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSB - 02: Doutor Luciano - Reni Pereira.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 057ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE AGOSTO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Reni Pereira e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luís Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, pediria a V. Exa. autorização para cumprimentar meu padrinho de casamento, deputado federal Antonio Ueno, que está nos honrando nesta tarde, na posse do deputado Luís Nishimori. Antonio Ueno, a quem tive a honra de ter como padrinho e me inspirei muito nele para sua grande atuação política, defendendo o Paraná e nosso Brasil.

Cumprimento também nosso vice-governador, deputado Orlando Pessuti e nosso prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi. E, na sua pessoa, cumprimento toda a colônia japonesa, que está de parabéns pelo seu deputado, que toma posse hoje.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1477, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde, de 121 (cento e vinte e um) dias, conforme atestado em anexo. **Aprovado.**

Diante da aprovação do requerimento de afastamento para tratamento de saúde do deputado Luiz Accorsi, convocamos o 1º suplente, senhor Luís Nishimori, a prestar seu juramento.

Solicitamos à deputada Cida Borghetti e ao deputado Miltinho Pupio para que acompanhem nosso colega, Luís Nishimori, a prestar o juramento.

O SR. LUÍS NISHIMORI

**(Presta juramento legal)
(Aplausos)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Declaro empossado o deputado Luís Nishimori. Solicito ao nobre deputado que tome assento junto ao Plenário.

Queremos agradecer a visita do vice-governador Orlando Pessuti, o nosso ex-companheiro, o prefeito Cássio Taniguchi, que nos honra com a sua presença, e os deputados federais Ricardo Barros, Hidekazu Takayama, nosso ex-colega, que nos orgulha muito por estar aqui conosco e todos os amigos do deputado Luís Nishimori, que vêm nesta tarde festiva prestigiar a sua posse como parlamentar. Cumprimentar também, o ex-deputado Antonio Ueno e todos os amigos que aqui estão.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 66/2003

Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação:

O deputado estadual do Estado do Paraná, Hermes Fonseca Filho se dirige à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR), entidade centenária, acumulou ao longo de sua existência uma gama invejável de conhecimentos;

2 - possui hoje, em seus quadros, doutores, mestres e especialistas em número maior que muitas instituições de ensino superior deste País;

3 - conscientes da qualificação de seu corpo docente, das condições de sua infra-estrutura, de suas instalações e equipamentos, o Cefet-PR elaborou o projeto para credenciá-lo em Universidade Tecnológica Federal, protocolado no MEC em 14 de maio de 2003, sob o número 023.751/2003-55;

4 - este projeto conta com o apoio da comunidade escolar, do Governo do Estado do Paraná, da bancada de senadores e deputados federais do Estado;

5 - igualmente, a Assembléia Legislativa do Estado, através da aprovação desta indicação também hipoteca o apoio à proposta do Cefet-PR;

6 - considerando que o credenciamento desejado contribuirá sobremaneira para o ensino superior e para o desenvolvimento econômico e educacional do Estado;

7 - considerando que se o Governo Federal aprovar o pedido estará fazendo justiça ao Estado que até hoje possui uma única Universidade Federal.

Propomos, com a devida vênua, a adoção de medidas que permitam credenciamento do Cefet/PR em Universidade Tecnológica com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) HERMES FONSECA

INDICAÇÃO Nº 67/2003

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

Hermes Fonseca Filho, deputado estadual, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, vem expor e ao final indicar o que se segue:

1 - considerando que a energia é fonte essencial à geração de emprego e renda;

2 - considerando que há necessidade urgente de se desenvolverem, no País, pesquisas alternativas para os combustíveis fósseis, como o biodiesel;

3 - considerando que o biodiesel é uma mistura de óleos vegetais (soja, girassol, milho, mamona, caroço de algodão, nabo-forrageiro...) e o álcool anidro, um combustível que reduz consideravelmente os níveis de gases poluentes emitidos pelos veículos automotores;

4 - considerando que o Paraná possui um território de cerca de 200.000 km² (2,3% da área nacional) e as condições de clima, de solo de água abundantes são favoráveis ao desenvolvimento das culturas acima;

5 - considerando que a produção de soja (10 milhões de toneladas por ano ou 25% da produção nacional) e de cana-de-açúcar (24 milhões de toneladas anuais) é favorável à aplicação do biodiesel etílico, que é a mistura de 80 a 90% de óleo vegetal e 10 a 20% de álcool anidro;

6 - considerando que a substituição do óleo diesel do petróleo, produto cotado em moeda estrangeira, pela bioenergia melhorará de forma significativa a equação energética do Estado, através da diminuição da dependência e importação de petróleo, com reflexo direto na condição socioeconômica, reduzindo a evasão de divisas e possibilitando a aplicação desses recursos no desenvolvimento estratégico do Paraná;

7 - considerando que a bioenergia pode representar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável para o Estado do Paraná tendo como princípios a preservação ambiental, a equidade social e o crescimento econômico;

8 - considerando que a implantação de um Programa de Bioenergia no Paraná poderá ser a redenção das

mais diversas regiões interioranas do Estado, com a inclusão de pequenos produtores no Programa, gerando milhares de empregos e aumento de renda, principalmente na agricultura.

Tomamos a liberdade de mostrar a V. Exa. a conveniência de acelerar os estudos para implantação de um Programa de Bioenergia no Paraná, ousando mais uma vez, como V. Exa. costuma fazê-lo, na administração do nosso Estado.

Esta Casa, com certeza, estará apoiando e aplaudindo mais essa iniciativa de seu Governo.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) HERMES FONSECA

INDICAÇÃO Nº 68/2003

Exmo. Sr. secretário de Estado da Educação:

A deputada estadual que ora subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para reivindicar e expor o quanto segue:

1 - A inclusão, nos programas dos cursos de formação e reciclagem dos professores da rede estadual de ensino fundamental, de ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependências física ou psíquica a fim de que possam ser transmitidos com observância dos seus princípios científicos.

2 - A inclusão no programa de disciplina da área biológica integrante dos currículos do ensino fundamental, de pontos que tenham por objetivo o esclarecimento sobre a natureza e os efeitos das substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

A sugestão acima tem por fundamento a Lei Federal nº 6368/76 (Lei de Entorpecentes), a qual no seu capítulo I que trata da prevenção, torna obrigatório que sejam ministrados nos cursos e formação de professores ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes de forma que estes possam repassar tais ensinamentos aos alunos, conscientizando-os e alertando-os sobre os efeitos das drogas, atuando portanto de maneira preventiva. A referida lei também obriga que conste no programa do ensino médio pontos objetivando o esclarecimento sobre as substâncias entorpecentes.

Pretende-se com as presentes sugestões a adequação e observância à legislação federal, de modo que em nosso Estado os professores recebam os ensinamentos necessários para que possam tratar da questão das drogas de maneira adequada, auxiliando na formação de alunos saudáveis.

INDICAÇÃO Nº 69/2003

Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná:

O deputado Padre Paulo Campos se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Sugere a participação de mulheres em concursos públicos para ingresso no Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.

2 - A legislação federal faculta aos Estados o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de oficiais e praças, visando atender as necessidades das corporações em atividades específicas. O Estado de São Paulo desde 1991 permite o ingresso de mulheres no quadro efetivo de bombeiros.

Diante do exposto, sugere a V. Exa. que seja oportunizado o ingresso de mulheres, mediante concurso público, no Corpo de Bombeiros do Estado.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal assegura a igualdade entre homens e mulheres. Assim, principalmente no campo profissional, as mulheres vêm conquistando espaços e funções que inicialmente eram desempenhadas apenas pelos homens. Todavia, ainda há muito a ser conquistado, haja vista que, ainda percebem menores salários mesmo desempenhando funções idênticas aos homens, além de sofrerem restrições de sua participação em alguns setores.

A legislação federal faculta aos Estados o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de oficiais e praças, visando atender às necessidades das corporações em atividades específicas. Entretanto, os concursos públicos para ingresso no Corpo de Bombeiros, no Estado do Paraná, restringem a participação das mulheres.

No Estado de São Paulo, a utilização da mulher nos serviços de bombeiros iniciou-se, em 1990, a partir da idéia de empregá-la nos serviços de resgate em funcionamento na Capital de São Paulo, por ser uma atividade próxima à tarefa de enfermagem, que vinha sendo desenvolvida exclusivamente por bombeiros, e que teve até então algumas experiências através das enfermeiras, que compõem as unidades de Suporte Avançado, em apoio às Unidades de Resgate.

Apresentada a proposta na época, o Comando do Corpo de Bombeiros aprovou e adotou a idéia, e assim, foi liberado um pelotão de policiais femininas, que seria destacado do Comando do Policiamento Feminino, com destino ao Corpo de Bombeiros.

A proposta inicial foi então ampliada e, ao invés de utilizá-las apenas nos Serviços de Resgate, foi nomeado um Grupo de Trabalho para estudar a utilização da mulher em todos os serviços operacionais do Corpo de Bombeiros, de forma a ampliar a atuação da mulher, obtendo-se um novo universo de pessoal para o recrutamento nas fileiras da Corporação.

Durante o treinamento, foram realizados vários estágios, com a finalidade de dar à mulher, condições de trabalhar no Corpo de Bombeiros, sendo considerado importantes as noções de prevenção e combate a incêndios, organização do Corpo de Bombeiros, combate e maneabilidade de incêndio, tecnologia e maneabilidade de salvamento, pronto-socorrismo e outras atividades técnicas do Corpo de Bombeiros.

A formação e inclusão em 04 de dezembro de 1991, das primeiras bombeiras nos serviços de Bombeiros no Estado e no Brasil, revelaram que as mulheres estão perfeitamente integradas e preparadas para execução de todas as atividades do Corpo de Bombeiros, por terem demonstrado no término do treinamento, desempenho satisfatório nas emergências de pronto-socorrismo, nas guarnições de Comando, Exploração e Salvamento, devidamente comandadas.

Assim, visando garantir a participação das mulheres em concurso público para ingresso no Corpo de Bombeiros do Estado é que encaminhamos esta sugestão.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1524

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 128/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade da aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná das operações de compra de créditos sob qualquer título e empréstimos por parte dos órgãos da administração pública estadual direta, indireta, fundacional e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1486

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria legislativa, REQUER, a anexação os Projetos de Lei nºs 327/2003 e 366/2003, que declaram de Utilidade Pública o “Sistema de Abastecimento Rio Baio”, com sede e foro no município de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1522

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, REQUER, a concessão de prazo suplementar de 60 (sessenta) dias, de acordo com o artigo 36, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

A prorrogação do prazo de sessenta dias é indispensável à conclusão dos trabalhos desta CPI, visto que a mesma está analisando todas as denúncias, apurando a fundo todos os documentos enviados.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratamento de saúde de 121 (cento e vinte e um) dias, conforme atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

COORDENADORIA MÉDICA

LAUDO MÉDICO Nº 015/2003

Aos quatro dias do mês de agosto de 2003, a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em LUIZ ROBERTO ACCORSI MOTTA, concluiu achar-se o mesmo com C.I.D.10-I.20.8 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte).

Tendo-lhe sido concedido 121 (cento e vinte e um) dias de licença, para tratamento a partir de 04/08/2003 - Término em 02/12/2003.

(a) ROGÉRIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIBE

Médico Chefe da Junta

SERVIÇO DE CIRURGIA CARDÍACA

DR. ARLETO ZACARIAS SILVA JR.

Curitiba, 04 de agosto de 2003.

ATESTADO

Atesto que o Sr. Luiz Robeto Accorsi Motta, portador de Insuficiência Coronariana grave CID:I-20.0, e foi submetido à cirurgia cardíaca para Revascularização do Miocárdio em 21/12/94, deverá ficar afastado de suas atividades durante 121 dias a partir desta data, para investigação diagnóstica devido a quadro de angina.

(a) DR. ARLETO ZACARIAS SILVA JR.

CRM 5363

REQUERIMENTO Nº 1482

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Dircéa Ignês Martins, viúva do saudoso ex-prefeito de Ponta Grossa, Cyro Martins, um dos grandes responsáveis pela industrialização do município, a quem inspirava com equilíbrio e ponderação nas grandes decisões que beneficiaram toda a comunidade pontagrossense.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Balduino Taques, 1477 - apartamento 72, CEP: 84010-050 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1488

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João de Conto, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos, colegas de profissão, alunos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1490

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eulália Zanzoti Marques, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos, colegas de profissão, alunos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1483

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à população do município de Clevelândia, através de seu prefeito, Sr. Vanderlei Luiz Spinelli Valério, pela passagem do 111º aniversário de emancipação política, comemorado no dia 28 de junho passado.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo, através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, Praça Getúlio Vargas, 71 - CEP: 85.530-000 - Clevelândia-PR.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1487

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Carlos Pertel e Cirlei Silveira Pertel, que

completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1491

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vera Duarte Ribeiro e Jercy Nunes Ribeiro, que completa 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1493

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de congratulações ao senhor Jairo Tupy Costa Reinhardt, pela sua posse como superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Paraná, desejando pleno sucesso e êxito na função designada.

Requer ainda, que seja enviado correspondência à superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Paraná, sito à Rua Victor Ferreira do Amaral, 1.500 - Tarumã- Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1489

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso, à Agência do Trabalhador de Curitiba, por completar 26 anos de serviços prestados à comunidade, no dia 27 de junho próximo passado.

Trata-se de um órgão vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social de nosso Estado, juntamente com o Sistema Público de Emprego- Sine e o Programa Paranaense de Emprego - Propae, e que vem desenvolvendo, ao longo desses 26 anos, um trabalho com o objetivo de organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capaz de subsidiar a operacionalização da política de emprego a nível local e regional, dentro do estabelecido pelo Ministério do Trabalho.

São muitas as atividades desenvolvidas pela Agência do Trabalhador, dentre as quais destacam-se: a publicação do I Caderno Estatístico sobre o mercado de trabalho de Curitiba; tabelas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS; colocação de trabalhadores no mercado formal de trabalho; implantação do processo de monitoração de satisfação de trabalhadores e empresários; preparação de candidatos através de parcerias com a Universidade Federal do Paraná e Pontifícia Universidade Católica; incentivo ao aumento de oferta de vagas para pessoas com deficiência; intensificação da Campanha de Cadastro de Candidatos junto a várias empresas; realização de encontros, seminários e outros, com a finalidade de assegurar aos trabalhadores melhores condições de qualificação profissional para ingresso no mercado de trabalho. Muito nos tranquiliza que a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção social, através da Agência do Trabalhador de Curitiba, esteja buscando a interação entre trabalhadores e empresas, visando atender às expectativas de desenvolvimento de nosso Estado.

Sentimo-nos orgulhosos em prestar esta homenagem através deste voto de louvor, que se faz meritório.

Registramos nossos melhores cumprimentos ao senhor Manoel Pacífico da Costa, gerente da Agência do Trabalhador de Curitiba, extensivo aos demais funcionários e colaboradores.

Em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da Comunidade Paranaense, auguramos-lhes votos de muitas realizações e sucesso!

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1499

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, vem REQUERER ao douto Plenário deste

Parlamento, a aprovação para serem inseridos nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de louvor especial deste Poder aos jovens bragadenses (município de Pato Bragado), pela conquista dos primeiros lugares no 7º Festival Nacional de Arte e Tradição Gaúcha (Fenart) e no 11º Rodeio Crioulo Nacional de Campeões em Sorriso, Mato Grosso, consagrando-se campeões da dança chula mirim e chula adulto, respectivamente.

Marcelo Telles de Almeida, 18 anos, já foi cinco vezes campeão da Fenart, nove vezes campeão paranaense de dança chula e três vezes campeão internacional do Rodeio de Vacaria, Rio Grande do Sul. O irmão, José de Telles de Almeida, 10 anos, foi bi-campeão da Fenart, tri-campeão paranaense de dança Chula Mirim e campeão da mesma dança no Rodeio Internacional de Vacarias, RS.

Os dois jovens competiram representando o Centro de Tradições Gaúchas Sepé Tiaraju, de Pato Bragado.

A tradição é o alicerce de um povo, as bases profundas do civismo. Cultivá-la é um dever e uma honra. Por isso, saudamos os dois excepcionais artistas que enchem de muito orgulho a população de Pato Bragado, e não menos, a todos nós paranaenses.

E formula-se também neste documento, os augúrios deste Poder Legislativo para que os dois irmãos se destaquem cada vez melhor na arte escolhida.

Caso aprovado, requeiro que seja dada ciência aos homenageados, como também ao senhor Luiz Grando, prefeito municipal local, através de correspondência a serem encaminhadas à Prefeitura Municipal de Pato Bragado, Av. Willy Barth, 2885 - CEP 85948-970.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1479

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem muito respeitosamente REQUERER votos de louvor à Polícia Militar do Estado do Paraná, pela comemoração dos seus 149 anos de existência a realizar-se no dia 07 de agosto.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1497

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de louvor especial ao jovem Diego Homem pela conquista do terceiro lugar no 7º Festival Nacional de Arte e Tradição Gaúcha (Fenart), realizado na cidade de Sorriso, Mato Grosso, na categoria de Gaita Botão Juvenil, de 24 a 27 de julho último.

Nos eventos da cidade matogrossense, o jovem artista competiu representando o município de Itaipulândia.

Ressalto uma vez mais, que a tradição é o alicerce de um povo, as bases profundas do civismo. Cultivá-la é um dever e uma honra. Destarte, saudemos o excepcional artista, que enche de muito orgulho a população, à sua família, e a todos nós paranaenses.

E formula-se também neste expediente, os augúrios deste Poder Legislativo para que o jovem homenageado continue se destacando e fulgure cada vez melhor na nobre arte escolhida.

Caso aprovado, requeiro que seja dada ciência ao artista laureado Diego Homem, como também ao senhor Miguel Bayerle, prefeito municipal de Itaipulândia, através de correspondências a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Itaipulândia - Paraná - CEP 85878.000.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1500

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a inserção nos Anais da Sessão Plenária desta data, de votos de louvor especial deste Poder à Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon - Acimacar - pela exemplar organização da 23ª Expomar, assim elogiada pelos expositores e visitantes, durante os festejos comemorativos dos 43º Aniversário de Emancipação de Marechal Cândido Rondon, ocorridos de 24 a 27 de julho último.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e nobres pares, sente-se sobremaneira honrada em cumprimentar a Acimacar diante do extraordinário e pujante quadro expositivo que apresentou do comércio e da indústria rondonense no novo e amplo centro de eventos da cidade.

A exposição foi de grande relevo, tendo encantado a todos pela sua potencialidade e pujança.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dada ciência do mesmo, ao senhor Legário Gilberto Von Muhlen, presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Sergipe, 625 - 85960-000 Marechal Cândido Rondon- Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1505

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária desta data, de votos de louvor especial deste Poder à Associação Municipal dos Suinocultores de Marechal Cândido Rondon, pela exemplar organização e a alta qua-

lidade dos animais expostos durante a 39ª Exposição Nacional de Suínos, que aconteceu ao ensejo das comemorações festivas do 43º Aniversário de Emancipação de Marechal Cândido Rondon, dia 24 a 27 de julho último.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e nobres pares, sente-se muito honrada em cumprimentar a Associação antes mencionada pela pujante exposição organizada e proporcionada a participantes, criadores, investidores e visitantes.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dada ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Alaor Bressan, presidente da Associação Municipal dos Suinocultores de Marechal Cândido Rondon, a Rua D. João VI, 625 - 85960-000 Marechal Cândido Rondon-Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1507

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de louvor especial deste Poder à Associação Leite Oeste, pela exemplar organização e a alta qualidade dos animais expostos na 18ª Exposição Regional de Bovinos de Leite da Raça Holandesa, que aconteceu ao ensejo dos festejos comemorativos dos 43º Aniversário de Emancipação de Marechal Cândido Rondon, ocorridos de 24 a 27 de julho último.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e nobres pares, sente-se muito honrada em cumprimentar à Associação Leite Oeste pela pujante exposição organizada e proporcionada aos visitantes que se dirigiram ao parque de exposições local.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Milton Schone, presidente da Associação Leite Oeste, à Rua Independência, 1754- 85960-000 Marechal Cândido Rondon-Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1510

Senhor Presidente:

O deputado estadual que apresenta este requerimento, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, a aprovação para serem consignados nos Anais da Sessão Plenária de hoje, os votos de especial louvor deste Poder ao jovem Jacinir Fiori pela conquista do primeiro lugar no 7º Festival Nacional de Arte e Tradição (Fenart) e no 11º Rodeio Crioulo Nacional de Campeões, em Sorriso, Mato Grosso, consagrando-se campeão do concurso Gaita Piano Mirim.

Antes de ser vitorioso neste concurso, Jacinir Fiori já obteve outro campeonato nacional e por duas vezes o campeonato paranaense de Gaita Piano Mirim.

Nos eventos na cidade de Sorriso, o jovem artista competiu representando o Centro de Tradições Gaúchas de Pato Bragado.

Tenho afirmado em outra oportunidade, que a tradição é o alicerce de um povo, as bases profundas do civismo. Cultivá-la é um dever e uma honra. Destarte, saudemos o excepcional artista, que enche de muito orgulho a população bragadense, a sua família, e a todos nós paranaenses.

E formula-se também neste expediente, os argúrios deste Poder Legislativo para que o jovem homenageado continue se destacando e fulgure cada vez melhor na nobre arte escolhida.

Dada a relevância dos prêmios conquistados e o sucesso alcançado por Jacinir Fiori, é que rogo aos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Caso aprovado, requeiro que seja dada ciência ao artista laureado, como também ao senhor Luiz Grando, prefeito municipal de Pato Bragado, senhor Laércio Canabarro, presidente do Centro de Tradições Gaúchas Sepé Tiarajú, via correspondências a serem remetidas à Prefeitura Municipal de Pato Bragado, Avenida Willy Barth, 2885 - CEP 85948-970.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1517

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente requerimento, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, que aprove a inserção nos Anais da Sessão Plenária desta data, dos votos de louvor especial deste Poder à Associação dos Orquidófilos de Marechal Cândido Rondon pela organização exemplar e atraente exposição de orquídeas e plantas ornamentais durante os festejos comemorativos do 43º aniversário de emancipação de Marechal Cândido Rondon, que aconteceram de 24 a 27 de julho último.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar e nobres Pares, sente-se muito honrada em cumprimentar a Associação dos Orquidófilos de Marechal Cândido Rondon pelo excelente atrativo proporcionando aos visitantes e participantes do festejo antes referenciados.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente roga que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Paulo Rohr, presidente da Associação dos Orquidófilos de Marechal Cândido Rondon - Sítio das Orquídeas, Linha Bandeirantes - Novo Três Passos - 89960-000 - Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1518

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de louvor aos senhores Paulo Pulcinelli Filho e José Roberto Albanez pelo empreendimento e geração de aproximadamente 160 empregos através da inauguração do Supermercado Panorama em Foz do Iguaçu.

Requer, outrossim, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência aos responsáveis pelo estabelecimento, senhor Paulo Pulcinelli Filho e José Roberto Albanez e que o mesmo se externe aos funcionários do supermercado, na Av. República Argentina, 5200, Foz do Iguaçu - PR, CEP 85856-000.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em 88 anos, foram testemunhadas pelo povo de Foz do Iguaçu, várias passagens em que com a irreverência, esperança e bravura de seu povo, pode-se reverter várias condições de crise e de preocupação, sendo nos dias de hoje, diante de um quadro nacional e estadual de crise e recessão, que também assola a “Cidade das Cataratas”.

É de grande importância quando empresários, em épocas de recessão, demonstrando que com investimento e confiança na população é possível inaugurar um novo estabelecimento, levantando a auto-estima de toda população e principalmente dando emprego e gerando renda para os iguaçuenses, especialmente quando se trata de mais de 160 pessoas empregadas, como é o caso do Supermercado Panorama, inaugurado no último dia 30 de julho, atendendo aproximadamente 3000 pessoas diariamente, já sendo um referencial em nossa cidade.

Por isso, apresentamos que o espírito empreendedor de seus sócios é, no mínimo, merecedor dos louvores deste Poder Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 1494

Senhor Presidente:

A deputada estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER à Assembléia Legislativa o envio de apelo à juíza de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude, Dra. Lídia Matos Guedes, para que permita a divulgação de imagem da criança encontrada em Curitiba, possibilitando sua identificação por possíveis familiares.

Uma vez aprovado o presente requerimento, requer-se que do mesmo seja dado ciência ao Exmo. juiz de Direito Substituto da 1ª Vara da Infância e Juventude, Dr. Jefferson Alberto Johnsson, bem como à juíza de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude, Dra. Lídia Matos Guedes.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 2003.

(a) ARLETE CARAMÊS

Apoiamento:

Duílio Genari, Ratinho Júnior, Waldir Leite, Elio Rusch, Elza Correia, Cida Borghetti, Alexandre

Curi, Delegado Bradock, Artagão Júnior, Francisco Bühner, Ailton Araújo, Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, Doutor Luciano, Padre Paulo Campos, Dobrandino da Silva, Fernando Ribas Carli, Luiz Fernandes da Silva Litro, Jocelito Canto, Antonio Anibelli, Rafael Greca, Pastor Edson Praczyk, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Renato Gaúcho, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin e Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

No Jornal Gazeta do Povo de 1º de agosto foi divulgado que uma criança, com aproximadamente 2 anos de idade, foi encontrada no Cemitério Municipal de Curitiba, e até hoje, passados 5 meses as autoridades não conseguiram fazer sua identificação, não tendo sido procurada por nenhum parente.

Após a acolhida da menina no órgão de assistência social competente, o caso foi encaminhado à juíza da 1ª Vara da Infância e Juventude, a qual, sob o argumento de que o processo corre em segredo de justiça, não permitiu a divulgação de informações nem de imagens da criança, alegando também que o sigilo seria para não prejudicar a menina até que seus pais ou parentes sejam encontrados ou até que ela seja encaminhada para a adoção.

Frise-se de antemão que o presente requerimento não visa pressionar ou constranger o poder judiciário a decidir desta ou daquela maneira, pois vivemos num estado democrático de direito onde vige a separação de poderes, tendo o judiciário total autonomia para decidir sobre a causa. Quer-se tão somente manifestar a posição deste Legislativo que entende para que a solução do caso é necessária a divulgação da imagem da criança encontrada.

Não há dúvidas que somente através da divulgação da foto da criança pode-se chegar a identificar a criança, pois conforme bem observa a reportagem da Gazeta do Povo, esta é uma maneira através da qual a sociedade pode ajudar na busca da família da criança. “Talvez a mãe ou um parente próximo, ou vizinho, ou conhecido consiga auxiliar na identificação. Afinal, alguém convivia com a menina, brincava com ela ou sabe de alguma situação que tenha provocado o desespero de algum adulto a ponto de abandonar a criança no cemitério”.

Ademais, o mesmo jornal dá notícia de uma situação semelhante que ocorreu em Colombo, onde uma criança foi encontrada abandonada e em seguida foi divulgado na imprensa o fato com imagens e detalhes da criança. Em poucas horas a família da criança foi encontrada.

A mesma situação ocorreu em Cascavel ano passado onde uma criança de 15 meses foi achada abandonada numa rua da cidade. Imagens da criança foram divulgadas, o que possibilitou que a avó, que morava em outra cidade, identificasse a menina. Neste caso, o juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude de Cascavel permitiu a divulgação das imagens da criança e ainda ponderou que desde que a criança não seja submetida a

situações de constrangimento ou vexatórias, nada impede que as imagens sejam divulgadas.

Entendemos que é necessária e que se faça urgentemente a divulgação de imagem da criança, pois é o meio mais eficiente de identificá-la e devolvê-la aos seus pais ou pelo menos aos seus legítimos parentes. Já se passaram cinco meses desde que a menina foi encontrada, e provavelmente mais cinco irão se passar se a foto da menina não for divulgada.

Entendemos que a defesa do sigilo, como está a fazer a juíza da 1ª Vara da Infância e Juventude, ao contrário de proteger a criança e está prejudicando, pois não se está possibilitando que a família ou parentes a identifiquem, privando-a, assim, do convívio com sua legítima família. A permanência desta situação, e a não divulgação da imagem da criança, é que irá causar um prejuízo irreparável à criança.

Entendemos também que, além de não prejudicar a criança, a divulgação de imagens da mesma não fere dispositivo legal de nosso ordenamento jurídico, indo ao encontro dos princípios protetivos da criança constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ademais, conforme bem observou o procurador de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Neto, o “Estatuto da Criança e do Adolescente só proíbe a divulgação de foto total ou parcial da criança ou adolescente que tenha cometido ou foi envolvido em ato infracional”. Determina o ECA:

“Art. 143 - É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

Parágrafo Único - Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco ou residência.”

Assim, ante todo o exposto, que manifesta o entendimento desta Casa de Leis, pedimos que, o mais rapidamente, seja permitida a divulgação de imagens da menina para que esta menina possa voltar a passar os dias com sua família.

REQUERIMENTO Nº 1498

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, das felicitações deste Poder à Cooperativa Copagril pela conquista do segundo lugar na 24ª Festa Nacional do Boi no Roletê, categoria apresentação de Box, realizada no último dia 27 de julho, ao ensejo dos festejos comemorativos do 43º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa de Marechal Cândido Rondon.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e demais nobres Pares, sente-se muito honrada em cumprimentar a cooperativa nominada pelo sucesso alcançado e o troféu conquistado.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Ricardo Chapla, presidente da Copagril, Rua 9 de agosto, 700 - 85960-000 Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1511

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, das felicitações deste Poder à empresa Kaefer Motos pela conquista do primeiro lugar na 24ª Festa Nacional do Boi no Roletê, categoria apresentação de Box, realizada no último dia 27 de julho, ao ensejo dos festejos comemorativos do 43º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa de Marechal Cândido Rondon.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e demais nobres Pares, sente-se muito honrada em cumprimentar a Empresa nominada pelo sucesso alcançado e o Troféu conquistado.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Renato Kaefer, proprietário da Kaefer Motos, Avenida Rio Grande do Sul - 85960-000 Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1512

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, das felicitações deste Poder à Associação Esportiva e Cultural Bom Jardim pela conquista do primeiro lugar na 24ª Festa Nacional do Boi no Roletê, categoria apresentação de Box, realizada no último dia 27 de julho, ao ensejo dos festejos comemorativos do 43º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa de Marechal Cândido Rondon.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e demais nobres Pares, sente-se muito honrada em cumprimentar a Associação nominada pelo sucesso alcançado e o prêmio conquistado.

O parlamentar requerente também solicita, caso seja aprovado o presente requerimento, que seja dado ciência do mesmo ao Sr. Valdomiro Klein, presidente da Associação Esportiva e Cultural Bom Jardim (através de correspondência a ser encaminhada ao Distrito

de Bom Jardim - 86960-000 - Marechal Cândido Rondon - PR).

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1516

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, das felicitações deste Poder aos Veteranos do Esporte Clube Guarani, de Linha Guarani, pela conquista do segundo lugar na 24ª Festa Nacional do Boi no Rolete, categoria apresentação de Box, realizada no último dia 27 de julho, ao ensejo dos festejos comemorativos do 43º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa de Marechal Cândido Rondon.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e demais nobres Pares, sente-se muito honrada em cumprimentar a Associação nominada pelo sucesso alcançado e o prêmio conquistado.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Luiz Carlos Gehlen, presidente dos Veteranos do Esporte Clube Guarani, (através de correspondência a ser encaminhada à Caixa Postal 150 - 85960-000 Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1515

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, das felicitações deste Poder à Associação Recreativa e Esportiva Iguaporã, pela conquista do terceiro lugar na 24ª Festa Nacional do Boi no Rolete, categoria apresentação de Box, realizada no último dia 27 de julho, ao ensejo dos festejos comemorativos do 43º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa de Marechal Cândido Rondon.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e demais nobres Pares, sente-se muito honrada em cumprimentar a Associação nominada pelo sucesso alcançado e o prêmio conquistado.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Sérgio Wiederkehr, presidente da Associação Recreativa e Esportiva Iguaporã - 85960-000 Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1506

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, das felicitações deste Poder ao senhor Ney Marques Moreira, proprietário da Granja Cabanha Emboque, do município de São Mateus do Sul, PR, pela conquista do primeiro lugar na 39ª Exposição Nacional dos Suínos, realizada durante os festejos comemorativos do 43º Aniversário de Emancipação de Marechal Cândido Rondon, de 24 a 27 de julho último.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e demais nobres Pares, sente-se muito honrada em cumprimentar o ilustre criador pelo sucesso alcançado e o troféu conquistado pela alta qualidade de seus animais.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Ney Marques Moreira, Caixa Postal 51 - 83900-000 - São Mateus do Sul - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1502

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, das felicitações deste Poder ao senhor Armindo Bellé, proprietário da Granja Samollé, do município de Marechal Cândido Rondon - PR, pela conquista do segundo lugar na 39ª Exposição Nacional dos Suínos, realizada durante os festejos comemorativos do 43º Aniversário de Emancipação de Marechal Cândido Rondon, de 24 a 27 de julho último.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e demais nobres Pares, sente-se muito honrada em cumprimentar o ilustre criador pelo sucesso alcançado e o prêmio conquistado pela alta qualidade de seus animais.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Armindo Bellé, Rua Santa Catarina, 265, 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1513

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa,

para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, das felicitações deste Poder ao senhor Arlindo Felix Lusa e filhos, proprietários da Granja Suruvi, do município de Concórdia, SC, pela conquista do terceiro lugar na 39ª Exposição Nacional dos Suínos, realizada durante os festejos comemorativos do 43º Aniversário de Emancipação de Marechal Cândido Rondon, de 24 a 27 de julho último.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e demais nobres Pares, sente-se muito honrada em cumprimentar aos vencedores antes nominados pelo sucesso alcançado e prêmio conquistado pela alta qualidade de seus animais.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Arlindo Felix Lusa e filhos, Caixa Postal 192 - 89700-000 - Concórdia-SC.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1508

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, das felicitações deste Poder ao senhor Arlindo Alfredo Uebel, pela conquista do segundo lugar na categoria de Melhor Expositor, da 18ª Exposição Regional de Bovinos de Leite da Raça Holandesa, que aconteceu ao ensejo dos festejos comemorativos do 43º Aniversário de Emancipação de Marechal Cândido Rondon, de 24 a 27 de julho último.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e demais nobres Pares, sente-se sobremaneira honrada em cumprimentar o ilustre criador pelo sucesso alcançado e o prêmio conquistado pela alta qualidade de seus animais.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Arlindo Alfredo Uebel, Caixa Postal 006 - 85902-970, Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1504

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, das felicitações deste Poder ao senhor Ademir Volnei Klein, de Catanduvas-PR, pela conquista do segundo lugar na categoria de Melhor Criador, da 18ª Exposição Regional de Bovinos de Leite da

Raça Holandesa, que aconteceu ao ensejo dos festejos comemorativos do 43º Aniversário de Emancipação de Marechal Cândido Rondon, de 24 a 27 de julho último.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e demais nobres Pares, sente-se sobremaneira honrada em cumprimentar o ilustre criador pelo sucesso alcançado e o prêmio conquistado pela alta qualidade de seus animais.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Ademir Volnei Klein, à Linha São Roque - 85470-000 Catanduvas - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1503

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, das felicitações deste Poder ao senhor Ari Hansen, pela conquista do primeiro lugar na categoria de Melhor Criador e Melhor Expositor, da 18ª Exposição Regional de Bovinos de Leite da Raça Holandesa, que aconteceu ao ensejo dos festejos comemorativos do 43º Aniversário de Emancipação de Marechal Cândido Rondon, de 24 a 27 de julho último.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e demais nobres Pares, sente-se sobremaneira honrada em cumprimentar o ilustre criador pelo sucesso alcançado e o prêmio conquistado pela alta qualidade de seus animais.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Ari Hansen, à Rua Paraná, 380 - ap. 301 85960-000 Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1514

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que aprove a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, das felicitações deste Poder ao senhor José Moreira Coimbra Neto, pela conquista do terceiro lugar na categoria de Melhor Criador e Melhor Expositor, da 18ª Exposição Regional de Bovinos de Leite da Raça Holandesa, que aconteceu ao ensejo dos festejos comemorativos do 43º Aniversário de Emancipação de Marechal Cândido Rondon, de 24 a 27 de julho último.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e demais nobres Pares, sente-se sobremaneira honrada em cumprimentar o ilustre criador pelo sucesso alcançado e o prêmio conquistado pela alta qualidade de seus animais.

Caso seja aprovado o presente pleito, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao senhor José Moreira Coimbra Neto, à Rua Pernambuco, 530 - 85960-000 Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1509

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que subscreve o presente documento, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa a aprovação para serem consignadas nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, as efusivas felicitações deste Poder ao povo e à Administração Pública de Marechal Cândido Rondon, pela passagem do 43º aniversário de emancipação político-administrativa do município, registrada no último dia 25 de julho.

Na esteira do mesmo sentimento, expressa-se os cumprimentos deste Parlamento à Administração Pública rondonense pela exemplar organização dos festejos alusivos à data - assim elogiada por todos os participantes e milhares de visitantes -, bem como, dos diversos eventos paralelos, entre esses: a 23ª Exposição da Indústria e Comércio que reuniu mais de 232 expositores no novo e belo Centro de Eventos; e o conjunto da 18ª Exposição Pecuária, composto pela 39ª Exposição Nacional de Suínos, a 18ª Exposição Regional de Bovinos de Leite da raça Holandesa, 16º Torneio Leiteiro (Raça Holandesa), 15ª Feira de Pequenos Animais, 10ª Feira Estadual de Cruzados, 5ª Exposição de Equinos e Pôneis, 4ª Mostra do Clube da Bezerra e a 1ª Feira de sabores; a grande exposição de orquídeas e plantas ornamentais; e, no fechamento de ouro da extensa programação dos três dias de festejo, a 24ª Festa Nacional do Boi no Rolete, no domingo, dia 27 de julho.

Não importam os números. A grandeza alcançada com essa comemoração irrevela o seu exatismo.

Profundamente significativa foi para a população de Marechal Cândido Rondon comemorar, com os irmãos paranaenses e brasileiros, mais um aniversário de emancipação, a cada ano repetida e festejada com mais entusiasmo.

Crescendo, ao longo do tempo, em valor histórico, a data já transcende em importância regional, dada a pujança de seus eventos que se registram ao longo dos dias comemorativos e se alça, pela significância econômica e cultura, em um acontecimento de relevo para o Estado e o País.

A alma de uma comunidade reflete a personalidade de seus fundadores e pioneiros; o que a sua gente faz é materializar, dar corpo aos ideais de seus homens públi-

cos ou de seus líderes. A grande massa de nossas comunidades pode permanecer anônimo e expectante, porém ela espera, anseia e se realiza através de suas lideranças que têm a capacidade de traçar e antecipar objetivos fundamentais a serem atingidos, e dar atendimento à somatória das necessidades sociais. Mesmo buscando a realização pessoal, está na ânsia do homem público a intenção maior: a satisfação de cada cidadão.

As organizações e seus resultados refletem no tempo a dimensão dos homens que as conduziram.

Por assim pensar, é que concito aos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Do aprovado, requer-se também que seja dada ciência, ao Sr. Edson Wasem, prefeito municipal de Marechal Cândido Rondon; ao Sr. Valdir Port, vice-prefeito e ao Sr. Victor Giacobbo, secretário municipal de Planejamento e presidente da Comissão Organizadora dos festejos do 43º Aniversário do município antes referenciado, através de correspondências a serem encaminhadas à Rua Espírito Santo, 777 - CEP: 85.960-000 Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1481

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado correspondência ao senhor secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, formalizando solicitação dos moradores da comunidade de Conchas Velhas, município de Ponta Grossa, que reivindicam junto à Concessionária de Pedágios Caminhos do Paraná, a construção de acesso para a referida comunidade, situada no Km 186,5 da BR 373, sentido Ponta Grossa a Imbituva.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de ser uma região de intenso movimento e não haver maneira segura de deixar a rodovia, devido à necessidade de redução significativa de velocidade provocada por existência de degrau na pista sem que haja espaço para a desaceleração, o que faz com que a manobra se torne extremamente perigosa pondo em risco de acidentes quem nela transita.

Salientamos que na referida comunidade localiza-se a Copiosa Redenção, entidade religiosa que além de promover freqüentemente retiros espirituais com participantes das mais diversas localidades, presta serviços à comunidade no tratamento e recuperação de viciados em drogas e álcool.

REQUERIMENTO Nº 1484

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido

o soberano Plenário, que seja enviado correspondência ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conselheiro Henrique Naigeboren, solicitando as seguintes informações e documentos:

- cópia da análise técnica e parecer sobre a prestação de contas do município de Curitiba nos exercícios de 1997 a 2001.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1485

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, através do seu superintendente no Estado, Dr. Celso Lacerda, solicitando informações sobre a situação da reforma agrária e um perfil dos projetos de assentamentos no Estado do Paraná, no período do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA/1986 e, após 1993, sob a vigência da lei nº 8.629/93.

Dividimos o nosso pedido de informações em cinco grupos de questionamentos.

I - Informações sobre a estrutura dos assentamentos:

a) Qual o número atual de assentamentos instalados no Estado, mês e ano da instalação, em ordem cronológica, município de localização, área em hectares e número das famílias assentadas?

b) Informar, também, quais os assentamentos emancipados e as datas de suas emancipações, dentre os listados na alínea "a".

c) Informar sobre os assentamentos objetos do Banco da Terra, suas localizações, áreas em hectares e número de famílias beneficiadas.

d) Em relação às famílias assentadas, quantas ainda permanecem em seus lotes e com relação às famílias evadidas, como se deu suas substituições, novas posses, arrendamentos, anexação pelos vizinhos, quantificando-as.

II - Infra-estrutura básica:

a) Informar sobre a infra-estrutura básica dos assentamentos, os planos e seus resultados.

b) Informações sobre a forma de obtenção das terras para os assentamentos, em hectares totais de áreas desapropriadas, de áreas negociadas ou sobre qualquer outra forma, terras públicas, por exemplo.

c) Informações sobre os recursos aplicados nos assentamentos: recursos financeiros diretos para aquisição de terras, em dinheiro e TDA's para a implantação da infra-estrutura e para manutenção dos assentamentos; recursos financeiros indiretos, dados pelos valores orçamentários do Incra, destinados ao atendimento dos assentamentos.

III - Infra-estrutura de produção:

a) Valor total dos recursos oriundos do Proterra e do Pronaf e situação atual destes financiamentos, mencionando as rolagens de dívidas e inadimplências, as condições básicas de financiamento, taxas de juros, os prazos e rebates.

b) Apresentar totalização dos três últimos da produção agrícola dos assentados, demonstrando as informações divididas, por produto agrícola ou pecuário, por área plantada, por produção obtida e por Valor Bruto da Produção (VBP).

c) Distribuição da área total dos assentamentos, em hectares e percentagens, segundo as classes de solo.

IV - Situação Geral dos Assentamentos:

a) Informar quais são as assistências técnicas ofertadas aos assentamentos, indicando os órgãos responsáveis e as fontes de recursos.

b) Informar, qualificando por assentamento, as áreas de matas existentes, demonstrando em hectares e com percentuais, indicando também as áreas que se encontram devidamente averbadas como Reserva Legal.

c) Informar as condições sociais dos assentamentos, pelo conceito de Boa, Regular e Má, qualificando cada grupo, fundamentando os dados segundo a infraestrutura implantada nas áreas de saúde, habitação e saneamento que efetivamente foram colocadas à disposição dos assentados.

V - Projeções dos trabalhos realizados nos assentamentos:

a) Informar o número de famílias cadastradas no Incra, com vistas a serem beneficiadas nos futuros assentamentos.

b) Demonstrar as projeções de assentamentos a serem realizadas em curto-prazo (ano de 2003) e a médio prazo (anos de 2004 a 2006), informando o número de assentamentos a serem implantados e total de famílias, demonstrando as projeções de forma anual.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1520

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, questionando os motivos pelos quais os processos de averbação das reservas florestais legais, na forma dos artigos 8º e 9º do Decreto 387/99, estão sendo analisados com excessiva morosidade, causando inquietação junto aos adquirentes das áreas que aguardam as referidas averbações.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Constante do expediente em anexo, de autoria do vereador Sidney Baldessar, do município de Santa Terezinha de Itaipu.

REQUERIMENTO Nº 1523

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, ratificar a solicitação já realizada por este parlamentar, para que esta Mesa REQUEIRA informações sobre a obra iniciada e paralisada na Rodovia PR-151, trecho que liga a cidade de São Mateus do Sul à cidade de Três Barras, ambas no Estado do Paraná, junto à Secretaria de Estado de Transportes do Paraná.

Aproveitando ainda esta oportunidade, desejamos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1501

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma este requerimento, valendo-se de suas prerrogativas vem REQUERER regimentalmente ao douto Plenário deste Parlamento, para que aprove a transcrição nos Anais da Sessão Plenária, do dia de hoje do relevante e oportuno artigo “Administração Pública e Desenvolvimento”, de lavra do economista, professor e diretor-geral do Tribunal de Contas do Paraná, Dr. Duílio Luiz Bento, e publicado no informativo Atitude, caderno jul/Ago 2003, do Instituto de Desenvolvimento da Administração Pública - IDAP.

Após a aprovação do que se pede, solicita o parlamentar requerente que seja dado conhecimento ao Sr. Duílio Bento, através de correspondência a ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 409/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica Criada a “Região Administrativa do Centro do Estado do Paraná”, integrada pelos seguintes municípios: Laranjal - Palmital - Santa Maria - Boa Ventura - Mato Rico - Nova Tebas - Pitanga.

Art. 2º - Fica designada para sede da Região Administrativa do Centro do Estado do Paraná a cidade de Pitanga.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A região tida como a mais central do Estado do Paraná sofreu um atraso em seu desenvolvimento

em relação às outras em virtude de inúmeros fatores que não cabe neste momento fazer menção aos fatos, mas tentar de alguma forma recuperar o tempo perdido.

A situação geográfica dos poucos municípios que foram criados na região, forçou os governos ao longo do tempo a instalar órgãos representativos na cidade de Pitanga, tais como: Ciretran, Instituto Ambiental do Paraná, Núcleo Regional de Educação, Companhia da Polícia Militar, Agência de Rendas Estadual, Agência do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS -, Comarca de Entrância Intermediária.

A criação desses órgãos se deu mais por vontade política e atendendo algumas situações especiais que ocorreram ao longo do tempo, tais como Escritório Especial do IAP, para regularização dos Grilos do Tigre e Boaventura, regularizações que ainda não terminaram, mas não foi criado na estrutura jurídica do Estado elementos para que a efetivação desses órgãos se dessem de forma definitiva.

A criação da Região Administrativa do Centro do Paraná, tendo como sede a cidade de Pitanga, além de, juridicamente, dar aos órgãos já instalados status de definitivos, permitirá ao Governo do Estado a criação e instalação de outros órgãos que possam atender a população mais perto do local onde vivem, deixando de se deslocar às cidades de Guarapuava e ou Ivaiporã onde estão as sedes das regiões administrativas dos municípios que viriam a formar a Região Administrativa do Centro do Paraná.

A cidade de Pitanga polarizará a região que conta com cerca de mais de 100 mil habitantes e está distante das cidades de Laranjal (103) Km; Palmital (73) km; Santa Maria do Oeste (34) km; Boa Ventura de São Roque (38)km; Mato Rico (55) km; e Nova Tebas (55) km.

Vejam as dificuldades por exemplo do município de Laranjal, que está distante de Pitanga 103 quilômetros, o que já é um longo percurso, porém é muito mais distante tendo a população que se deslocar a até a cidade de Guarapuava que acrescenta mais 100 quilômetros.

Distância entre Pitanga e os municípios da região central do Estado do Paraná: Laranjal, 103 quilômetros; Palmital, 73 quilômetros; Santa Maria, 34 quilômetros; Boa Ventura, 38 quilômetros; Mato Rico, 55 quilômetros; e Nova Tebas, 55 quilômetros.

PROJETO DE LEI Nº 410/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes do município de Uraí - AEMU, com sede e foro no município de Uraí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Associação dos Estudantes do município de Uraí - AEMU, com sede e foro no município de Uraí, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso junto à coletividade de toda a região, buscando, a integração entre a comunidade estudantil do município, promovendo o interesse pelo conhecimento e pela cultura.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 411/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Cidadãos da Vila Izabel - Assobel, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Cidadãos da Vila Izabel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.179.491/0001-30, tem sua sede na rua Professor Ulisses Vieira, nº 621, no município de Curitiba-PR, é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que vem prestando importantes serviços sócio-comunitários a coletividade onde atua.

Em sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis ao plano de lei que apresentamos, por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 412/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas de seguro-saúde, empresas de medicina de grupo, cooperativas de trabalho médico, ou outras que atuem sob a forma de prestação direta ou intermediação dos serviços médico-hospitalares que operem no Estado do Paraná, estão obrigadas a garantir o atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, não podendo impor restrições quantitativas ou de qualquer natureza.

Art. 2º - O não cumprimento dos preceitos desta lei sujeitará as infratoras a multa de 20.000 Unidade Fiscal

de Referência - UFIR, para cada caso apurado, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 dias a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.08.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A saúde constitui um dos direitos fundamentais da pessoa humana expressamente protegido pela constituição brasileira em seus artigos 6º e 196. É também um direito básico do consumidor previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8078/90, artigo 6º, inciso I). Não obstante os dispositivos legais é de conhecimento geral a situação de calamidade por que passa a saúde no país. Faltam leitos e medicamentos, os salários dos profissionais do setor são baixos e fraudes e desvios são uma constante.

Aproveitando-se dessa situação, as empresas que operam diretamente ou intermediam os serviços de saúde obrigam o consumidor a aceitar cláusulas contratuais abusivas e injustas. Dentre tais cláusulas encontram a exclusão de uma longa lista de enfermidades da cobertura dos planos e seguros-saúde, como, por exemplo, as doenças infecto-contagiosas, incluindo a AIDS, as epidemias e as doenças crônico-degenerativas. Essas exclusões acarretam as situações corriqueiras em que um consumidor procura um médico conveniado para tratamento e recebe como resposta que só é possível tratar uma parte de suas enfermidades, pois o resto não está coberto pelo convênio. Esse consumidor, então, recorre ao sistema público de saúde.

A propaganda dos convênios médicos privados alardeia um atendimento de alta qualidade. Na prática, cobram valores altíssimos e excluem do atendimento todas as doenças com tratamento caro; negam os exames mais sofisticados e nunca exibem planilhas de custo. As doenças não atendidas pelo convênio são listadas no contrato em letras microscópicas, incompreensíveis ao cliente ingênuo.

A Resolução nº 1401, de 11 de novembro de 1993, obriga as empresas que operam com plano e seguro-saúde a garantir atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças. Porém, essa resolução ainda é objeto de impugnações por parte das empresas de saúde. Essas empresas alegam que o Conselho Federal de Medicina não teria competência para obrigar os planos de seguro-saúde a não excluir enfermidades de seus contratos. Ainda que se admita a procedência do argumento lançado pelas empresas de saúde no que se refere ao Conselho de Medicina, bastante distinta é a posição do Poder Legislativo

A Constituição brasileira declara, em seu artigo 197: "São de relevância pública as ações de serviços de

saúde cabendo ao Poder Público dispor dos termos da lei sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”.

No seu artigo 23, a Constituição declara: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.”

São essas as razões que nos levam a solicitar a aprovação deste projeto de lei pelos nobres deputados desta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luís Nishimori.

O SR. LUÍS NISHIMORI

Senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Hermas Brandão; vice-governador do Estado do Paraná, Orlando Pessuti; cônsul Koichi Aoyama; prefeito Cássio Taniguchi; o nosso eterno deputado federal Antonio Bueno; meu amigo Ricardo Barros, deputado federal; deputado estadual Hidekazu Takayama; senhores deputados e deputadas desta Casa; lideranças nipo-brasileiras aqui presentes; lideranças da agricultura, do comércio, da indústria; nossos amigos de Maringá e de Marialva; senhores prefeitos e vereadores e demais autoridades aqui presentes; senhoras e senhores.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a presença de todos os amigos, companheiros que vieram prestigiar a nossa posse.

É com muita emoção, acabamos de receber posse como deputado estadual, aqui no plenário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Ao assumir a vaga do deputado Luiz Accorsi, ecoa fortemente aqui dentro, um ditado milenar que diz: “Nenhum homem se faz sozinho”. Portanto, gostaria de compartilhar este momento com todos os amigos, companheiros que nos ajudaram a chegar até aqui.

A partir de hoje estaremos freqüentando durante 4 meses, esta Casa de Leis, para legitimar os votos de confiança depositados à nossa pessoa. Os sinceros agradecimentos a todos os amigos, de 240 municípios paranaenses, que depositaram o seu voto de confiança, e dizer que pretendemos corresponder toda essa confiança, com o nosso trabalho sério, honesto e competente.

Hoje aos 95 anos da imigração japonesa no Brasil, a palavra Integração, é a palavra-chave. É com este espírito, é com esta palavra Integração, que pretendemos iniciar o nosso trabalho na Assembléia.

O mundo em que vivemos, torna maior, a cada ano que passa, a necessidade de ser mais colaborativo do que competitivo.

Acreditamos que é de suma importância, a harmonia e o coleguismo no trabalho, e que os interesses sejam,

sempre, voltados para o benefício coletivo e para o desenvolvimento geral da comunidade.

Humildemente estamos iniciando o primeiro passo de uma nova jornada. Tem um velho ditado que diz que toda jornada começa apenas com um único passo. Por isso valorizamos muito este primeiro passo.

Companheiros deputados, honrado em poder trabalhar juntamente com todos os senhores daqui da Assembléia, esperamos contar com a colaboração, para que nos ajudem a orientar estes primeiros passos nesta Casa.

Sabemos que temos muito a aprender. Sabemos também da nossa grande responsabilidade, e que temos muitos trabalhos pela frente.

Agradecendo a Deus, pedimos para que nos ilumine e cuide da nossa saúde, para que possamos trabalhar, da melhor forma possível, pelo povo do nosso Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, o deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

Voltando desse recesso parlamentar, gostaria de dar as boas-vindas a todos os companheiros, ao novo companheiro que acaba de assumir como deputado estadual; saudar todas as autoridades aqui presentes, a colônia japonesa aqui presente também.

O que nos traz à tribuna hoje, nós que durante as Sessões passadas falamos bastante da saúde, hoje gostaríamos de fazer um voto de elogio ao atual secretário da Saúde, o Dr. Cláudio Xavier.

Nos últimos dias temos acompanhado no Paraná a situação difícil que é a questão das UTI's. Isso tem ocorrido em Londrina, Maringá e em Ponta Grossa. Nós nos primeiros meses fizemos vários pronunciamentos nesta Casa, cobrando sempre providências para melhoria da saúde na região dos Campos Gerais. Depois de tanto discutir, chegamos a um final feliz: o Governo do Estado acabou de anunciar que quatorze leitos de UTI serão instalados até o final deste mês na cidade de Ponta Grossa e mais dezesseis serão instalados até o final deste ano. Nós vamos chegar perto de quarenta e cinco leitos com os já existentes em Ponta Grossa e isso demonstra, acima de tudo, que o atual governo, atendendo aquele pedido, aquela luta nossa aqui nesta Casa, está levando aquilo que é um grande desejo da população dos Campos Gerais.

Aqui nós criticamos, nós elogiamos, mas também nós agradecemos: primeiramente, o empenho que o secretário Cláudio Xavier está tendo. Ele esteve três ou quatro vezes em Brasília, nós estivemos também por uma ocasião e conseguiu-se de forma muito importante essas novas UTI's para cidade de Ponta Grossa e, conseqüente-

mente, para os Campos Gerais. Então, temos que elogiar o Dr. Cláudio Xavier, nosso secretário da Saúde, que algumas vezes nós discutimos, batemos boca, mas agora o resultado está aí: as UTI's serão uma realidade no final do mês. Isso nos anima, porque assim teremos condições de ver a nossa região com melhores condições, no que se refere à saúde.

Deputado Anibelli, líder do PMDB, fica aqui esse registro do agradecimento que fizemos ao Governo Requião, por ter herdado toda essa herança maldita da saúde mal feita, mal intencionada e sempre abandonada, mas vem agora o elogio, porque trabalhou, o secretário foi três ou quatro vezes a Brasília, elevou o teto e até o final do mês teremos as UTI's em Ponta Grossa. V. Exa. disse para mim: "dê tempo que nós vamos conseguir fazer isso".

Então, queria, também, transmitir a V. Exa., deputado Anibelli, como líder do PMDB aqui, meus elogios ao governo, porque o que queremos é a realização. Sabemos que a herança foi grande, mas sabemos que dá para fazer e o Governo está fazendo. Então, ficam os elogios ao Governo do Estado, na figura do governador Requião e ao mesmo tempo, tem o meu elogio o secretário Cláudio Xavier, por ter lutado e atendido aquilo que sempre briguei nesta Casa.

Era isso, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra a deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É com muita honra que subimos a esta tribuna para saudar o nosso companheiro, deputado Luís Nishimori, companheiro do PP, companheiro de Maringá, companheiro de muitas lutas em favor de dias melhores à população do Paraná.

Receba o nosso carinho, Luís, o abraço de todos nós, deputados e deputadas desta Casa. Tenho certeza que V.Exa. vai estar honrando os votos que recebeu na última eleição. É o primeiro mandato, assim como é de muitos, de quase 40% desta Casa, de renovação desde o dia 1º de fevereiro e tenho certeza que com a sua experiência na área de agricultura vai poder colaborar muito nesta Casa, trazendo projetos de lei importantes.

Para concluir, eu gostaria de registrar com muita honra a presença do vice-governador Orlando Pessuti, do prefeito Cássio Tanigushi, que esteve conosco, e em nome do cônsul do Japão no Brasil, senhor Koiti Auyama. Quero saudar toda comunidade japonesa que se faz presente, bem como toda a comitiva de Maringá, de Marialva e da região, que honrosamente estão neste dia trazendo o seu carinho, o seu abraço, acreditando que V.

Exa., deputado Luís, vai poder fazer a diferença, juntamente com todos nós, nesta Casa.

Muito obrigada, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente com a palavra o deputado Hermes da Fonseca.

O SR. HERMES DA FONSECA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ao reiniciar esta legislatura, queria saudar a todos os companheiros, desejar que possamos fazer um belo trabalho neste segundo semestre na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

E, saudação especial ao nosso companheiro que toma posse hoje, o deputado estadual Luís Nishimori. Seja bem-vindo e que o seu trabalho também seja profícuo em defesa dos paranaenses.

Encaminhei hoje à Mesa da Assembléia, duas indicações que tratam de dois assuntos da mais alta relevância para o Estado do Paraná.

A primeira, diz respeito ao apoio que esta Casa deve dar ao projeto de credenciamento do Cefet-PR, como uma universidade tecnologia federal. As razões para isso são de sobra. O que nós queremos é que esta Casa, a Assembléia Legislativa, juntamente com o apoio que já foi dado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, através da Secretaria da Educação, através da Bancada Federal do Paraná, que os deputados estaduais e esta Casa como instituição também, hipotéquem o apoio para que o Sr. ministro da Educação receba essa nossa indicação e possa, com isso, apressar o processo de transformação do Cefet-PR - Centro Federal de Ensino Tecnológico do Paraná em Universidades Tecnológica Federal.

Até por uma questão de justiça, o Paraná, recebendo mais essa Universidade, estaria contemplado como os demais Estados, porque o Paraná possui até hoje apenas uma universidade federal, enquanto outros Estados da federação possuem um grande número de universidades federais.

A segunda indicação, é sobre um assunto também que nós pretendemos hipotecar o apoio ao Governo do Estado do Paraná, para que se acelere o processo de discussão da energia limpa, isto é, da bioenergia. O Crea-PR tem levado este assunto à discussão de toda a sociedade paranaense.

Há no Congresso Nacional um projeto criando o programa do biodiesel.

O Paraná possui tecnologia, possui quadros experientes que possam acelerar o processo de implantação de um programa de bioenergia no Paraná.

Entendo que nesse momento por que passa a economia nacional, seria uma grande oportunidade para resolver os problemas econômicos e financeiros dos municípios, porque a implantação do biodiesel, nos mais diversos pontos do Estado do Paraná, através dos peque-

nos produtores, das prefeituras, contribuiria de forma significativa para a geração de emprego e de renda, principalmente na agricultura paranaense.

E o senhor governador do Estado, que tem tido atitudes ousadas, o nosso apoio através dessa indicação é exatamente para que ele possa ousar também no cenário nacional e desenvolver no curto prazo esse projeto de bioenergia no Paraná.

Portanto, peço aos senhores pares desta Casa, que tão logo essas indicações voltem das comissões temáticas, nós possamos votar numa única instância essas indicações aqui, para que possamos continuar lutando junto com os demais órgãos do Paraná em busca da nossa segunda universidade a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e para que o Governo do Paraná possa acelerar o processo de implantação de um programa alternativo de energia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, deputada Arlete Caramês.

A SRA. ARLETE CARAMÊS

Exmo. senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero, inicialmente, cumprimentar e desejar boas-vindas ao nosso colega, o Luiz Nishimori, e desejar-lher também muito sucesso aqui na Assembléia.

(Lê):

“Subo nesta tribuna para chamar a atenção para um problema que a cada dia se torna mais grave e que tem se tornado a grande, se não a maior preocupação dos cidadãos paranaenses e dos brasileiros. Estou a falar da segurança pública, ou melhor dizendo, da insegurança pública.

A Lei Maior de nosso país estabelece que a segurança pública é um dever do Estado, mas também um direito e responsabilidade de todos, tendo por finalidade a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Ora, senhores, mas o que vemos ao ligarmos a televisão ou lermos um jornal, vemos claramente a escalada desenfreada da violência, milhares de assassinatos, assaltos, furtos, seqüestros relâmpagos, a venda de drogas e o seu consumo da maneira cada vez mais aberta e o que é pior, vê-se diante de todo esse quadro, a formação de um Estado paralelo, no qual não vige a democracia e seus princípios ou vigoram as leis de nosso país; contrariamente, impera uma espécie de absolutismo no qual os órgãos criminosos atuam simultaneamente como Poder Executivo, dando o que o Estado não consegue prover, criando suas próprias leis, e também julgando e literalmente executando seus julgados sumariamente, sem direito a contraditório e ampla defesa.

Vivemos, sem dúvida, num estado de insegurança, sendo que, dentro do Estado que deveria garantir a intan-

gibilidade de nosso patrimônio e de nós mesmos, sofremos constantemente perdas de pais, mães, irmãs, filhos, amigos e muitas vezes, para o caminho, quase sempre sem volta, das drogas e da criminalidade.

Mas, pergunta-se, onde está o problema? Onde começa o problema e portanto, por onde precisamos começar a combatê-lo? Por óbvio que o problema da criminalidade e da insegurança geral criada por esta tem sobretudo origem na grave crise social que enfrentamos bastando, para sua classificação, o dado que metade da população deste nosso rico e próspero país vive abaixo da linha da pobreza. Portanto somente o crescimento econômico do país de forma a gerar empregos, uma melhor distribuição de renda com um sistema tributário realmente justo e uma nova postura do Estado em relação aos seus deveres constitucionais primordiais tais como o de efetivamente garantir saúde e educação poderá efetiva e perenemente combater a criminalidade, a escalada da violência e por conseqüência, a consolidação de um Estado paralelo.

Mas, enquanto tentamos implementar medidas para combater os reais fundamentos da criminalidade, é preciso combater ferozmente seus efeitos, ou seja os órgãos de segurança pública devem prevenir e reprimir a escalada da criminalidade. Infelizmente, o Estado tem se mostrado ineficiente no que tange a este desiderato. Recentes acontecimentos reforçam ainda mais a necessidade de medidas enérgicas e urgentes para conter a violência que se instalou em nosso Estado.

A poucos dias atrás nosso amigo deputado Barbosa Neto sofreu uma tentativa de assassinato ao chegar em casa, e dá para se dizer que por pura sorte saiu ileso, mas quero que nada impede que amanhã sejamos nós as vítimas, e talvez não tenhamos tanta sorte como teve nosso colega. No dia seguinte, o carro do também nosso amigo deputado Mauro Moraes foi atingido por um disparo decorrente de assalto, e por sorte o motorista também não se feriu. Será que vamos ter que contar com a sorte para continuarmos vivendo? Isso não se pode admitir!

O jornal Gazeta do Povo de algum tempo atrás, de sábado passado, trouxe como manchete: “Segurança é o pior serviço em bairros”. Tendo, à época, entrado em contato com rede paranaense de comunicação, responsável pela pesquisa que estava avaliando quais os melhores e piores serviços públicos prestados nos bairros de Curitiba, me foi informado que até aquele momento, nos 10 bairros pesquisados, 80,6% dos votantes considerou a segurança como o pior serviço prestado.

Esta pesquisa tem sido realizada nas grandes cidades do interior do Paraná e da mesma forma que aqui, é altíssimo o índice de insatisfação da população com relação à segurança.

Um dos fatores que geram insegurança é o grande número de armas de fogo que estão na mão de bandidos. Fala-se que é preciso desarmar a população, e realmente é, mas como pedir ao cidadão de bem que entregue sua arma, que é usada via de regra para dar uma falsa sensa-

ção de segurança, enquanto criminosos continuam armados? Não raramente, por ocasião de tiroteios entre gangues de bairros e perseguições de policiais aos criminosos, vemos tristes episódios de pessoas atingidas por balas perdidas, como a menina Daniele que há alguns dias atrás foi atingida na cabeça dentro da casa dos tios e da costureira Vanira Costa que no último dia 02 morreu ao ser atingida também dentro de casa.

Nós somos representantes do povo, que clama por segurança para si, seus filhos e sua família. Não podemos ficar inertes, temos que cobrar do Poder Executivo a tomada de medidas urgentes contra a violência que assola não só a capital como todo o Estado.

Como deputada de Curitiba e região, e tendo em vista os dados da pesquisa da RPC que apontam que 80,6% dos entrevistados em bairros consideram a segurança como o pior serviço prestado pelo Estado, peço ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança, e tenho certeza que este não medirá esforços para a concretização deste pedido, a imediata reativação dos módulos policiais nos bairros, pois, sem dúvida, é uma forma eficaz de combater a criminalidade, dando assim também uma resposta imediata à sociedade à sociedade que clama por segurança.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputada Elza Correia, no Pequeno Expediente, com a palavra.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras, deputadas e deputados.

Gostaria de cumprimentar o nosso mais novo colega Luís Nishimori, e dizer que ele é muito bem-vindo entre nós e se soma aqui, na grande tarefa de trabalhar no sentido de melhorarmos cada vez mais a vida da população do Estado do Paraná, da qual somos interlocutores.

Gostaria de cumprimentar também os deputados federais: Ricardo Barros, Takayama, que estão aqui também entre nós, ex-deputado Ando. Também cumprimentar o nosso vice-governador Orlando Pessuti, e a todos que estão aqui presentes e que vieram prestigiar este ato de posse do nosso colega Luís Nishimori, e o faço cumprimentando na pessoa do senhor Yoshi e sua esposa Kimiko, meus amigos, e que representam tão bem a cidade de Londrina e o Estado do Paraná.

Eu queria dizer que ontem usei esta tribuna para me manifestar e mostrar a minha indignação em relação à situação que estamos vivendo hoje no Estado, com vários problemas, com uma demanda reprimida muito grande. E não podemos perder de vista, quando apresentamos essas preocupações, o que levou, qual foi o processo e por que é que o Estado do Paraná chegou à situação que chegou, porque senão nós ficamos lamentando e transferindo responsabilidades sem falarmos nas ações efetivas que esse governo, nosso governo Roberto Requião, através dos

seus secretários, tem feito no sentido de minimizar os problemas, de solucionar os problemas.

Mas, evidentemente, aquilo que se adquiriu, as mazelas adquiridas ao longo de décadas, não podemos, absolutamente, achar que vamos resolvê-las todas em cinco meses ou em um ano. É preciso que tenhamos essa compreensão para não perdermos a dimensão do maior, para não nos perdermos em críticas, para não deixar de enxergar o que é necessário, as ações que estão sendo tomadas no sentido de melhorar o problema.

Todos nós, o Paraná inteiro está tenso e preocupado em relação à questão da falta de segurança em que nós estamos vivendo. É um reflexo da situação nacional e o Estado do Paraná não está fora desse contexto. Entretanto, quando medidas são tomadas, como várias foram tomadas nesses sete meses de Governo Requião, para colocarmos novamente este Estado nos trilhos é preciso que façamos referências entre tantas outras que já foram amplamente divulgadas pela imprensa, algumas que nós, esta Casa participou diretamente, como foi a aprovação no novo Estatuto da Polícia Civil, que é um instrumento extraordinariamente importante, que vai fazer avançar as ações e não só humaniza, mas também através desse novo estatuto possamos repensar a questão da Polícia no Estado do Paraná.

Trago a notícia de que em Londrina será construída uma nova casa de custódia. O governo passou essa informação, através da Secretaria do Planejamento, entre tantas outras que serão construídas, aqui no Estado do Paraná, na compreensão de que não é construindo apenas presídios, que iremos solucionar os problemas das super lotações ou da violência, mas é um item que não pode ser desprezado.

A questão da saúde, a liberação dessas UTI's, que foi colocada pelo nosso companheiro que nos antecedeu. É importante, porque a gente faz a cobrança e traz aqui as soluções que estão sendo encaminhadas.

Ontem recebi no meu gabinete a visita do deputado Barbosa Neto, e conversando sobre a nossa preocupação, ele teve uma idéia bastante interessante, de nós trabalharmos aqui e irmos buscar soluções, junto aos secretários, sempre em bloco, como os deputados que representam a região. Achei bastante interessante. Estamos gestionando para uma audiência com o nosso secretário da Segurança, Delazari, quando os deputados do Norte do Paraná, da cidade de Londrina e região, estarão juntos. Todos serão convidados, para a gente poder repassar as informações, buscando as soluções, discutindo esses problemas, sempre de uma forma conjunta, porque isso mostra, realmente, unidade, companheirismo e uma forma didática, que as soluções para o Estado do Paraná têm, sim, que ser buscadas de uma forma conjunta, participativa, através de ações coletivas. Porque quando um pede, um busca solução, tem um peso. Mas quando um grupo de deputados ou quando esta Casa, como um todo, trabalha na direção de encaminhamentos e soluções, certamente, o resultado é mais produtivo.

Eu queria desejar mais uma vez, muita sorte ao nosso moço companheiro de Assembléia e dizer que, junto com ele, haveremos de continuar nessa batalha, que é a de transformarmos este Estado no melhor Estado para se viver, nesse País.

(Aplausos)

O SR. HERMAS BRANDÃO

Passamos ao Horário das Lideranças: PL; PSL; PPS; PSB; PTB; PP; PFL.

Concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Retorno a esta tribuna do dia de hoje para falar de uma matéria que já cansamos de discutir e de falar, mas não posso deixar de lembrar e de esclarecer o assunto, com relação ao curso de medicina de Ponta Grossa.

Temos uma entrevista que foi dada pelo secretário de Ciência e Tecnologia, deputado Litro, em um jornal na cidade de Ponta Grossa, onde ele deixa claro que o governo do Estado do Paraná, através da sua secretaria liberou, para a Universidade Estadual de Londrina, deputada Elza, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, e para a Universidade Estadual de Maringá, mais duzentos e oitenta e cinco mil. Ainda nos estudos para liberar mais uma quantia, para a Universidade Estadual de Cascavel. As universidades de Londrina e de Maringá levaram, através do repasse do governo do Estado, setecentos e cinquenta mil, mais o valor que será repassado para a Universidade de Cascavel. Está claro, aqui, nas palavras do secretário, que estes recursos serão utilizados especificamente para poder aumentar a estrutura da Universidade, para que possa ela abrigar os alunos que foram transferidos do curso de medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Escutei aqui inúmeras vezes, senhor presidente, falarem e citarem que o curso de medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa estava sendo suspenso porque recursos o governo do Estado não tinha para poder dar continuidade ao curso e medicina que estava no seu primeiro ano.

Também vejo a Faculdade de Bandeirantes recebendo em torno de cinco milhões de reais por anos para poder tornar-se uma Universidade Estadual.

Então, fica claro, deputado Elio, fica claro que o governo do Estado do Paraná não queria e não quer fazer com que a Universidade de Ponta Grossa receba o curso de medicina. Fica claro que o problema financeiro não existe, porque estão aqui os recursos financeiros e fica clara a matéria feita pelo jornal Diário dos Campos de que o governo libera nessa primeira etapa, esse montante de 750 mil reais, sem contar da Universidade de Cascavel, e no ano que vem, no segundo ano, mais recursos serão liberados para poder fazer com que o laboratório dessas Universidades possam ser incrementados, porque

mais alunos receberam essas Universidades sem ter condições. Daí eu pergunto: por que esses recursos não foram liberados para Ponta Grossa, sendo que a Universidade, a nossa região poderia ter a garantia de ter a continuidade daquele curso tão difícil que foi esperado por mais de trinta anos por aquela instituição de ensino?

Fico triste, fico triste e vejo que as palavras do Palácio Iguaçu não são verdadeiras. Se o problema era financeiro, como que agora tem recursos para liberar e adequar a situação financeira daquelas Universidades, recursos liberados pelo governo do Estado para receber os alunos que em Ponta Grossa estudaram? Com tristeza leio e acompanho. Mas tenho a esperança, por saber que o governo do Estado, terá humildade de ver que errou e possamos, Ponta Grossa e a nossa Universidade, receber de volta esse curso de Medicina que foi meramente suspenso, e nós esperamos receber porque é isto que a região quer, que a cidade quer e que a Universidade deseja do Governo do Estado do Paraná depois de esperar por mais de trinta anos. Vamos ver e vamos aguardar e tenho a certeza do bom senso do governador do Estado do Paraná.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB; PDT.

(Declinaram).

PT. Com a palavra o deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, demais membros da Mesa senhores e senhoras deputadas, povo do Paraná, minha saudação ao novo deputado empossado hoje, Luiz Nishimori. Seja bem-vindo. Estamos à disposição também para trabalharmos conjuntamente.

Senhor presidente, venho também justificar neste horário da Liderança, a ausência do nosso líder, Padre Paulo, que está acompanhando o enterro do trabalhador rural, Francisco Nascimento de Souza, do assentamento Nossa Senhora Aparecida, que foi assassinado. Padre Paulo também é membro da Comissão de Direitos Humanos desta Casa de Leis. Então, mais um crime no campo que merece ser investigado.

Senhor presidente, o governo federal e o governo estadual, companheiro deputado de Ponta Grossa que nos antecedeu, falou, se referia à questão dos leitos das UTI's que estão sendo aumentados aqui no Paraná. Existe uma disposição muito grande do governo Lula em melhorar a saúde pública e aqui no Paraná não é diferente. E a saúde pública do Paraná realmente terá muito mais leitos. Serão 335 leitos de UTI a mais no Paraná. Isso tudo foi possível porque existe, com certeza, uma interação muito boa do governo federal com o ministro Humberto Costa e o Governo do Estado do Paraná através do secretário Xavier.

Então, para nós é uma honra, o Governo Lula realmente prioriza a Saúde, dá atenção aos reclamos da Saúde Pública do Paraná, é uma atenção que está sendo

dada. Esta parceria, deputada Elza, terá grande sucesso, sem sombra de dúvidas, nas outras áreas também.

O povo do Paraná sabe que está havendo mudanças. Ontem, hoje e amanhã acontece a conferência das cidades, na cidade de Cascavel, numa etapa regional. O Estado brasileiro está sendo democratizado, o orçamento da União está sendo discutido, as prioridades junto com os prefeitos e as lideranças locais, com os chefes de planejamento das prefeituras, com a sociedade organizada.

O orçamento brasileiros terá um diagnóstico real de todas as pastas dos ministérios, os Estados da Federação serão beneficiados, as regiões serão contempladas de acordo com as suas vocações! É uma demonstração e um compromisso do governo Lula que beneficiará todos os Estados brasileiros. Está acontecendo em Cascavel este debate que na fase regional tem mais de 400 delegados inscritos. Em breve teremos a fase estadual onde teremos o diagnóstico real para a questão do Ministério das Cidades onde trata da questão da habitação, da questão urbana das cidades. Isso é fundamental porque o orçamento da União terá recursos que geralmente são escassos mas os gastos serão de acordo com as necessidades reais das cidades. Será assim em todos os ministérios.

Isso para nós é motivo de orgulho, o povo brasileiro com certeza saberá que votou na mudança e a mudança está acontecendo! Só não está vendo quem não quer! Provavelmente hoje entrará na pauta a reforma de Previdência, ponto importantíssimo para incluir 40 milhões de brasileiros que estão fora do sistema. Passando a reforma virão leis que regulamentarão as questões específicas do trabalhador rural, das pessoas que estão fora do sistema previdenciário. É portanto fundamental que o povo realmente acredite neste Governo, construirmos uma maioria política que vai fazer com que o Brasil entre nos eixos também, como aqui no Paraná está tomando rumo. No País e no Paraná tem governos sérios, onde a corrupção acabou! É fundamental isso, não há indício de corrupção nenhuma, tanto no governo estadual como no governo federal!

Para nós isso é motivo de orgulho, líder do PMDB, deputado Anibelli!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário do PPB, com a palavra deputado Duílio Genari.

O SR. DUÍLIO GENARI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria, inicialmente cumprimentar o nosso mais jovem deputado estadual Luiz Nishimori, os deputados federais, Ricardo Barros e Takayama e demais autoridades aqui presentes.

Quero desejar ao deputado Luiz, sucesso, e nós, que tivemos a oportunidade de estar em Maringá há poucos dias, numa grande concentração das lideranças, juntamente com a nossa querida deputada Cida Borghetti,

pudemos sentir o quanto o nosso deputado mais novo aqui na Assembléia, o Luiz, tem a simpatia da comunidade de Maringá.

Eu tenho a certeza que aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, durante os meses que ele aqui permanecer, irá sim fazer um grande trabalho, juntamente com os demais deputados e com a nossa líder, Cida Borghetti, lá de Maringá.

Então, desejo sucesso, e tenho a certeza que vamos estar juntos, sempre procurando fazer o melhor para o Paraná e para as nossas regiões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário do PPB, com a palavra a senhora deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, apenas para um rápido esclarecimento.

Pedi um aparte ao colega Plauto, mas deixei passar. Mas rapidamente apenas para dizer que não podemos deixar passar algumas falas, alguns comentários, porque senão, não existe o contraponto, o contraditório. Dá a impressão de que a palavra é definitiva.

Com todo carinho que tenho pelo Plauto, acho que aqui, é uma casa de exercício da democracia e temos que emitir as nossas opiniões, defender as nossas idéias. E o Plauto está, evidentemente, no seu direito garantido de fazer a defesa das suas idéias. Entretanto, esses investimentos que o governador Roberto Requião está fazendo nas Universidades, tanto de Maringá, quando a UEL, em Londrina, para abrigar os 40 alunos da Universidade de Ponta Grossa, é um investimento responsável que o governador faz sem poder, para poder respeitar o direito daqueles estudantes que fizeram o vestibular e passaram. Então, o governador Roberto Requião, numa atitude responsável - conseqüente de homem público que é, - não vai querer inviabilizar o direito desses 40 estudantes de frequentar a Universidade. É uma atitude que devemos louvar, e mais uma vez uma demonstração de ética, caráter e responsabilidade do governador Roberto Requião, que tenta resolver um problema que foi criado pelo governo anterior e não pelo governo Requião e talvez aí, sim, de uma forma em que a questão da responsabilidade não tenha sido levada tanto em consideração.

Este dinheiro - que está sendo investido para que essas Universidades possam receber os alunos que foram de Ponta Grossa, - seria irrisório e não daria conta e não seria suficiente para a manutenção da Faculdade de Medicina em Ponta Grossa. Aliás, assunto amplamente discutido nesta Casa, amplamente divulgado e todo mundo já colocou a sua opinião. Inclusive o próprio deputado sabe que este valor não seria suficiente.

Então, como alguns companheiros insistem em colocar, não é uma questão de retaliação, picuinha, uma briga de fundo de quintal, uma briga de cozinha. O gover-

nador está dando demonstração pública cada vez maior de que o Estado está sendo tratado com todo o respeito, com toda dignidade, sem perder a dimensão do mais importante, sem desvio de caminho.

A colocação do PMDB, também acho que é importante. Esses 700 mil reais serão investidos em todas as Universidades; não serão suficientes para a manutenção da Faculdade de Medicina, que está temporariamente suspensa, que é um tema que futuramente haveremos de voltar.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre deputada Elza, escuto com atenção as suas colocações e, realmente, para poder ter o curso concluído no final de seis anos, precisaremos de mais recursos a serem investidos no curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa, mas, somando os recursos direcionados para Londrina, os recursos direcionados para Maringá e para Cascavel, que ainda não foi feito o levantamento e o maior número de alunos foi para Cascavel, vai ultrapassar a casa bem maior de 1 milhão de reais! E esse ano, a Universidade Estadual de Ponta Grossa pedia ao governo do Estado um milhão e quatrocentos mil reais, para poder fazer com que pudesse ser concluído os seus investimentos para este primeiro ano e para os próximos quatro anos!

O grande investimento a ser feito é no Hospital Universitário, hospital onde os alunos vão estudar, e o reitor da nossa universidade já trabalhava no sentido de fazer uma parceira um dos hospitais da cidade. E os investimentos que seriam feitos pelo Governo do Estado seriam - a maior parte deles - na ampliação de leitos de UTI's. E pelo que estamos vendo e, as informações de jornais trazem é, que o Governo do Estado, pelo grande número de mortalidade que está ocorrendo nos Campos Gerais, está querendo investir para solucionar esse sério problema lá. Então, se somarmos o dinheiro que foi para Londrina, para Maringá, que vai para Cascavel neste ano, mais os recursos que irão nos próximos anos, é natural que os alunos que hoje estão no primeiro ano, vão para o segundo, para o terceiro até o sexto ano gradativamente - vai ter a universidade a necessidade de receber mais recursos. No final de tudo isso, temos, aí números significativos, e o reitor da Universidade de Ponta Grossa quando aqui esteve deixou claro: é necessário em torno de 14 milhões de reais, distribuídos nos próximos 6 anos".

Olha, deputado, o governador que foi eleito ano passado vai ficar por mais 4 anos, é lógico, se não for reeleito, e sendo assim o outro governador que espero que venha a ser da nossa corrente, do nosso Partido, que vai ter que terminar esses investimentos para a Universidade de Ponta Grossa ter esse curso.

Então, é só o governo que é temporário. As instituições, o governo, a Universidade de Ponta Grossa são eternas. Está lá para que os governantes, no período em que são eleitos e governam o nosso Estado, olhem com

atenção para tudo, para todos, para poder fazer com que não venhamos, senhor presidente, senhora deputada, a perder boas coisas que foram feitas no passado, e não é justo retaliar uma ação que um governador anterior fez, sendo quem for, numa atitude como esta que poderá acabar com uma vontade esperada por mais de 30 anos da nossa universidade.

Obrigado pelo aparte.

A SRA. ELZA CORREIA

Apenas gostaria de colocar que é preciso, é fundamental que nós, como parlamentares, discutamos as questões em cima de coisas concretas e não hipóteses. Não é assim que temos de desenvolver as nossas ações aqui na Casa. V. Exa. apresenta números hipotéticos, não temos estudos concluídos, não temos números, não sei ainda. Estamos discutindo em cima de 700 mil reais, talvez um pouco menos, que é o concreto, que é o que o governador tem hoje e que está fazendo um enorme sacrifício para investir para que esses 40 estudantes não sejam prejudicados e possam continuar seu curso.

A outra questão é em relação à construção do hospital escola. É imprescindível. O hospital escola ele tem toda uma estrutura diferenciada dos hospitais públicos, particulares, de todos os hospitais. É uma estrutura necessária, específica que, tenho certeza absoluta, pelos dados trazidos pelos números apresentados, que este valor de apenas um milhão e quatrocentos mil não resolveria, em hipótese nenhuma, a construção do hospital escola e a manutenção da faculdade.

Não há uma contradição, o nosso PMDB traz aqui e expressa a sua consciência em relação ao problema. V. Exa. tem outra. Mas o importante é reafirmar que um governo conseqüente, um governo responsável, um governo corajoso toma a medida que o governador Roberto Requião tomou, porque não basta competência, não basta responsabilidade, acima de tudo é preciso coragem em determinados momentos para tomar atitudes - como a do governador, que, num primeiro momento, pode parecer antipática à opinião pública. Mas quando a gente coloca dados, números, a opinião pública entende que não podemos subestimar a população.

A questão de Ponta Grossa foi uma invenção do governo passado, do ponto de vista até eleitoreiro que todos nós sabemos, todo mundo sabe disso, por que foi que essa questão foi jogada e agora o jogo mudou não trabalhamos mais assim. Trabalhamos com responsabilidade e sem dúvida a Universidade de Ponta Grossa tem que voltar à pauta, mas no momento oportuno, e quando efetivamente o governo tiver condições de bancar essa proposta, senão soa como leviandade.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Só para deixar claro, quando ouvimos as palavras da representante de Londrina, deputada estadual, a qual tenho grande respeito, colocar aqui que os números são hipotéticos.

Para mim, não são, não, nobre deputada do Governo. Nós tivemos aqui o reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que ficou por uma hora nesta Casa de Leis, explicando e mostrando qual era a vontade que tinha a Universidade de resolver o problema do hospital universitário, que seria uma parceria com um dos hospitais da cidade de Ponta Grossa. Provavelmente a Santa Casa de Misericórdia ou o Pronto Socorro Municipal, que é administrado pela Prefeitura Municipal.

Então, ficaram claros os número mostrados pelo reitor e forma como a solução viria. E mais, acredito e sei que todos os investimentos feitos em educação, são investimentos sérios que vão trazer resultados importantes para o Estado, para as cidades e para os municípios. E não posso ouvir, dizerem que o curso foi suspenso porque foi uma irresponsabilidade.

Irresponsabilidade é fechar um curso que já está em andamento, que tem os alunos em sala de aula e nós, no apagar das luzes, vemos ser cancelado esse curso sem conversar com ninguém da cidade de Ponta Grossa!.

O senhor é testemunha, deputado Vanhoni, o quanto nós tentamos um contato com o governador, para que ele pudesse conversar com lideranças da cidade, com representantes da nossa universidade, e nunca fomos ouvidos!

A discussão ficou aqui, no plenário da Assembleia Legislativa, e o governador não teve a humildade de conversar com os moradores de Ponta Grossa, dos Campos Gerais, os professores da Universidade, os médicos dos Campos Gerais, que através da Associação Médica davam o apoio para a continuidade do curso de medicina.

O Conselho Estadual e Nacional de Medicina, deram parecer contrário, mas a Associação Médica de Ponta Grossa foi favorável, porque eles conhecem as dificuldades que têm. E mais, deputado Ângelo Vanhoni, nosso líder, representante do Partido dos Trabalhadores, o prefeito Péricles, que também é do Partido dos Trabalhadores, está contratando médicos de Cuba, para poderem trabalhar na saúde de Ponta Grossa, porque não está conseguindo contratar médicos para trabalhar nos bairros da nossa cidade de Ponta Grossa.

Então, a importância que tem esse curso é muito maior do que se possa imaginar. Eu alertei aqui a todos os integrantes da base do governo, que o governador estava fazendo uma besteira, que é o cancelamento do curso de Medicina, a suspensão não era correta, era um pedido antigo, a universidade já tinha investido.

O governo anterior, fosse ele quem fosse, já tinha destinado quatro milhões de reais para a universidade, tinha alocado no orçamento para esse ano mais uma

quantia de recursos necessários para os investimentos e agora fechou.

Acabou, porque não tem dinheiro. Esse foi o motivo. Agora, dinheiro para Bandeirantes, tem, cinco milhões e oitocentos por ano, não só nesse ano, nos próximos anos também. Dinheiro para alocar para Londrina, Maringá e Cascavel, para receber esses alunos, têm.

Vejo eu que infelizmente parece que a bronca é com os pontagrossenses, com a cidade de Ponta Grossa, infelizmente, com a nossa universidade e com o ex-governador do Estado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra à Liderança do Governo, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de lembrar o deputado Plauto Miró Guimarães, que fez uma brilhante exposição a respeito dos problemas relativos à implantação, fechamento, suspensão do curso de Medicina de Ponta Grossa, que o Governo do Estado ao pautar a decisão da suspensão da implantação do curso, naquela cidade, teve, ao longo de todo seu processo de discussão a respeito até a tomada de decisão, o que norteou o governo foi a questão técnica e financeira, principalmente a financeira, em relação ao Estado. V. Exa. sabe, o reitor esteve aqui na Assembleia Legislativa.

Conversei com o reitor após a decisão do Governo do Estado em fazer a suspensão dos investimentos necessários para a construção do hospital universitário, toda uma revisão dos gastos e custos foram procedidos, tanto pela Reitoria, com o envolvimento da comunidade, como também da Prefeitura Municipal.

Dos 70 milhões orçados inicialmente, que estavam previstos para a implantação do curso, praticamente a discussão depois se transformou em 20 milhões.

Mas, veja, deputado Plauto, estes 20 milhões eram medidas paliativas e não com a garantia institucional da continuidade e da efetivação do curso. A Câmara de Vereadores se propunha a doar 1 milhão e meio de reais. Quando? Este Ano? No ano que vem? Possivelmente não tivesse orçamento.

A Prefeitura - que não é responsabilidade dela, e não pode arcar com um curso de ensino superior ou hospital universitário, - vai deixar de atender a atividade afim no âmbito municipal; não teria condições de assumir nenhum compromisso ao longo dos próximos quatro, cinco, dez anos, em relação a este curso.

Então, em relação a estas dificuldades o governo do Estado tomou a decisão de não proceder, temporariamente, a implantação do curso de Medicina.

Ora! V. Exa. sabe que o que traz melhor serviço para a população de Ponta Grossa, mais do que um hospital universitário - acho que um hospital ajuda neste pro-

cesso, é a consolidação de um bom sistema de saúde a nível estadual e regional.

As debilidades na área de saúde, na região de Campos Gerais e em outras regiões, nós sabemos que são grandes.

Se o senhor fizer uma argüição ao ex-secretário estadual de Saúde, se o senhor trouxer os dados da Secretaria Estadual de Saúde em relação às necessidades de leitos com UTI no Estado do Paraná inteiro, até 31 de dezembro, o mapa das dificuldades vai apontar que na região de Ponta Grossa já eram perto de 20 a 30 leitos as necessidades que o Estado tinha que resolver. No total, se não me falha a memória, só de leitos no Estado do Paraná, que estava em defasagem, chegava à quantia de 160 a 170 leitos. Isto em 31 de dezembro. Esta situação vem se agravando ao longo dos anos. O Estado tem que procurar resolver.

Então hoje, o que o governo pretende fazer é ter uma efetiva política na área de saúde, que possa regionalizar o atendimento, seja dos servidores públicos, através de um remodelamento do sistema de saúde complementar, também com a nova modalidade do IPE, seja com os hospitais regionais, com os centros regionais, não de construção, mas que possam conveniar com o Estado para melhorar o atendimento da saúde no nosso Estado. E com certeza, a cidade de Ponta Grossa vai ter o tratamento necessário.

A questão do hospital, do curso de Medicina, o senhor sabe da minha posição pessoal. Se tivermos condições, eu sou favorável à implantação. Por quê? Porque um curso de medicina, numa universidade como a de Ponta Grossa, na minha opinião, agrega conhecimento. Agrega desenvolvimento numa área que nós precisamos, que é a área de especialização. Sobre tudo na área da vida, da manutenção da vida das pessoas, que é a área da Medicina. Isto é fundamental para nós.

Nós já tivemos um episódio e a Assembleia já discutiu, na região do deputado Elio Rusch, lá em Cascavel, uma universidade recém-formada, a discussão a respeito da implantação do curso de Medicina, naquela época. A Assembleia Legislativa também se dividiu. A comunidade acadêmica também se dividiu. Naquela época nós tivemos uma discussão muito polêmica na cidade. Acabou se implantando o curso de Medicina na cidade de Cascavel.

Espero que o governo do Estado, melhorando suas condições financeiras, e o governo federal tem apontado, deputados federais, o prefeito da sua cidade, outros deputados estiveram em Brasília, conversando com os ministros da Educação e da Saúde. Já tem um sinal verde, uma disposição favorável a se empenhar na solução financeira para a questão do curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa.

Acho que V. Exa. tem razão em pautar esta discussão. Mas, vamos pautar do ponto de vista que possa construir uma alternativa que possa viabilizar, mais cedo ou

mais tarde, trazer uma satisfação para o povo de Ponta Grossa.

Já lhe dou um aparte, deputado Elio Rusch, mas antes gostaria de trazer um novo assunto aqui para a Assembleia Legislativa. No final do semestre votamos a questão do pedágio e nessa votação a Assembleia Legislativa resolveu, quase por unanimidade, apenas com abstenção de alguns deputados, autorizar o governo do Estado a conceder, caso ele entenda que sim, a encampação do serviço de pedágio nas estradas do Estado do Paraná.

Nesses últimos 30 dias, o Governo montou uma equipe de trabalho, com o DER e outros técnicos. Para quê? Para fazer um procedimento de investigação a respeito dos custos e da operação, como que estão sendo desenvolvidas pelas concessionárias de pedágio no Estado do Paraná.

Acontece que, para surpresa nossa, os mesmos empresários que sempre se pautaram pela transparência, sempre disseram que os números estavam transparentes, não haveria problema nenhum. Vieram à CPI e afirmaram taxativamente que todos os dados estavam à disposição da opinião pública.

Essas concessionárias agora, estão impedindo a verificação por parte do governo e de seus técnicos que possam preceder uma auditoria e trazer à luz, à tona, desvendar aquilo que realmente acontece nas estradas do Paraná, como é que os verdadeiros buracos foram tapados nas nossas estradas, as empreiteiras concessionárias, agora querem obstar a ação do Governo?

O governador do Estado do Paraná e a sua equipe de Governo, podem ter certeza, as concessionárias não vão abrir mão dessa sua atribuição que é constitucional e de direito. Nós, se tivermos até que fazer intervenção nas concessões, nas concessionárias de estrada de pedágio do Estado do Paraná, faremos.

Por isso, cabe aqui um alerta às empresas que hoje detêm a concessão de estrada de rodagem no Estado do Paraná: de salientar ao deputado Plauto Miró que essas questões relativas ao curso de Medicina, V. Exa. tem o nosso apoio para conduzir essa discussão do ponto de vista construtivo. O Estado do Paraná hoje não tem recursos para viabilizar a curto e médio prazo o hospital que tenha a capacidade técnica de ofertar um bom curso de medicina para a população de Ponta Grossa e para os Campos Gerais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos dar as boas-vindas aos vereadores de Palmas, Sr. Rodrigues e Sr. Batista, e o presidente do PMDB, Sr. Daniel, a pedido do deputado Antonio Anibelli.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença no Plenário, do nosso sempre deputado Antonio Ueno, uma liderança ímpar aqui no Estado do Paraná, uma referência em todos

os sentidos, que trouxe através da sua simpatia, que conseguiu não só a sua colônia, mas também a colônia alemã. Seja bem-vindo; é um prazer muito grande recebê-lo, sempre!

Da mesma forma gostaria de registrar a presença do prefeito Francisco Dantas, do prefeito Chiquinho de São Pedro do Iguaçu, junto com o seu assessor, o Júnior.

O SR. HERMAS PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas aos ilustres visitantes.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 66/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, propondo a adoção de medidas relativas ao credenciamento do Cefet-PR em Universidade Tecnológica Federal. **À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

Indicação nº 67/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, indicando a necessidade de o governo acelerar a implantação de um Programa de Bioenergia no Paraná. **À Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.**

Indicação nº 68/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês, constante do expediente, sugerindo a inclusão de ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes nos cursos de formação de professores e pede outras providências. **À Comissão de Educação, Cultura e Esportes.**

Indicação nº 69/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, sugerindo a participação de mulheres em concursos públicos para ingressar no Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná. **À Secretaria de Segurança Pública.**

Projeto de lei de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 024/2003, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que incorpora a gratificação por assiduidade ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 760/2002.**

OFÍCIO/CTL/CC Nº 085/2003

Curitiba, 26 de maio de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 074/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 760/2002, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo incorporar, com efeitos financeiros retroativos a 01 de outubro de 2002, ao vencimento básico do Quadro de Servidores do Ministério Público do Paraná a gratificação de R\$100,00 (cem reais), dada a título de assiduidade pela Lei nº 13.628, de 11 de junho de 2002.

Resolvi vetar o projeto de lei em referência, porque considero a medida contrária ao interesse público, assertiva essa extraída do fato de que, pelas recentes Leis nºs 13.615, de 05.02.2002; 13.628, de 11.06.2002 e 13.665, de 04.07.2002, a remuneração dos servidores do Ministério Público do Paraná foi sucessivamente sendo majorada e, com isso, distanciando-se da que é atribuída aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, mormente em relação aos agentes de apoio e aos de execução que correspondem, respectivamente, aos grupos Básico e Intermediário, contidos no anexo do presente projeto de lei. Por outro lado, cabe mencionar que a medida, assim como está posta, e considerando que a própria justificativa é centrada na extensão do benefício em causa para incorporação aos proventos e inativos e aos pensionistas, cria disparidades ainda maiores. Se os valores, mesmo incorporados, mantiverem reflexos com sua origem, seria difícil justificar a concessão, até por via indireta, de gratificação de assiduidade a aposentados e pensionistas.

Enfim, o Executivo e o Judiciário não incorporaram as gratificações e, se aberta exceção para o Ministério Público, estaria rompida a isonomia.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 760/2002 encontra-se publicado no DA nº 152/2002, de 04/12/2002 - Ofícios)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 24/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 760/2002, de iniciativa da Procuradoria da Justiça do Estado foi aprovado nesta Casa de Leis no dia 14 de maio último e encaminhado à sanção em 22 do mesmo mês.

O senhor governador vetou o projeto de lei, usando de suas prerrogativas constitucionais, e através de Ofício CTL/SEEG 085/2003, de 26 de maio do corrente ano, no qual externou suas razões do veto, devolveu o autógrafo obedecendo assim os prazos estipulados no artigo 71 da Magna Carta Constitucional.

Cumpridos os ditames constitucionais e proposição de veto em apreço está em condições de ser encaminhada para discussão e votação em plenário, cumprindo o rito especial estabelecido no artigo 215 do Regimento Interno desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

Em votação.

Solicito ao nobre deputado Nereu Moura, 1º secretário da Casa a proceder a chamada nominal para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quem votar com a cédula NÃO, é pela derrubada do veto. Com a cédula SIM, pela manutenção do veto.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (**Para Encaminhar**)

Pedimos à base de apoio ao governo, pela manutenção do veto a esse projeto de lei.

Então, é o SIM.

Muito obrigado!

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

42 votantes.

Designo Plauto Miró Guimarães e deputado Mauro Moraes para proceder o escrutínio dos votos.

Por solicitação do deputado Elton, queremos dar as boas vindas ao vereador Aírton Pereira Loyola, de Ivatuba.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Nereu Moura, 1º secretário desta Casa, para anunciar o resultado da escrutinação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Senhor presidente, 36, sim; e 06 não.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está mantido o veto.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que normatiza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IMLs e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E CSP. (**Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 008/2003

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartário, que visa normatizar os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IMLs e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná.

Senhores deputados, o projeto de lei ora analisado por esta relatoria encontra-se inconstitucional vez que a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública (direta ou indireta) é exclusiva do governador, como reza o artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual.

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa do governador as leis que dispunham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública”.

Assim, diante do óbice apontado e por ser a idéia do autor do projeto solucionar os problemas existentes entre os serviços funerários com os usuários destes serviços, esta relatoria optou por apresentar o incluso substitutivo geral.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma do incluso Substitutivo Geral.

Sala das Comissões, em 25.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 008/2003

Art. 1º - O serviço de transporte municipal de cadáveres, inclusive comercialização de caixões, urnas funerárias e a prestação de outros serviços complementares, são livres à iniciativa privada, vedada a garantia de

exclusividade em virtude da localização da empresa que o realize.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoioamento:

Duas ilegíveis.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 008/2003

P A R E C E R :

O Projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo assegurar aos familiares de falecidos, cujos corpos encontrem-se nos Institutos Médicos Legais ou qualquer outro órgão público estadual para a respectiva liberação, o direito de escolher o prestador do serviço fúnebre e o cemitério de sua preferência.

Visando corrigir inconstitucionalidade encontrada na proposição em exame, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à iniciativa do nobre parlamentar, todavia, na forma do substitutivo geral que anexa.

Não obstante, em face do objetivo visado pelo autor para minorar o pugnente sofrimento das pessoas que perdem seus familiares, conforme exposição constante na Justificativa que acompanha o projeto de lei, verifica-se que além da necessidade de sanear o vício da inconstitucionalidade de modo a viabilizar a sua aprovação nesta Casa e posterior sanção governamental, é também imprescindível que se assegure, de forma clara e incontestável, a vontade dos familiares do falecido, que é da própria essência do projeto de lei.

Isto posto, esta Comissão de Segurança Pública, na oportunidade em que louva a iniciativa parlamentar, emite parecer favorável, na forma do Substitutivo Geral anexo.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 008/2003

Art. 1º - O serviço fúnebre correspondente ao transporte do corpo, comercialização de caixões, urnas, espaço em cemitérios e demais serviços complementares, é livre à iniciativa privada, assegurada a livre vontade dos familiares do falecido.

Parágrafo Único - É vedada qualquer garantia de exclusividade à empresa prestadora de serviços fúnebres,

em virtude da sua localização no município onde ocorreu o óbito ou no qual ocorra a liberação do corpo pelo órgão estadual competente, ainda que opere no sistema de alternância (rodízio).

Sala das Comissões, em 26.05.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoioamento:

Barbosa Neto e 01 ilegível.

Em votação.

O SR. AILTON ARAÚJO

Para formular requerimento, senhor presidente. Solicito a retirada do Projeto de Lei nº 008/2003 por 03 Sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a V. Exa. para encaminhar o requerimento à Mesa.

O SR. AILTON ARAÚJO

Na seqüência encaminharei, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Ailton, quero participar-lhe que esse projeto, no dia 28 de maio, foi adiado por cinco Sessões. Regimentalmente, não pode ser adiado novamente.

Para Encaminhar a votação, V. Exa. pode.

O SR. AILTON ARAÚJO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados: solicito, por gentileza que seja aprovado o projeto original como está e que seja rejeitado o substitutivo geral em função de que se o substitutivo for aprovado, o sistema funerário de Curitiba entrará em caos.

Nós passaremos a ter “indústria de caça-defunto” dentro dos nossos hospitais.

Por esta razão, somos favoráveis ao projeto original do deputado Cartário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero alertar a V. Exa. e aos demais parlamentares, que nós só vamos votar a constitucionalidade do projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Era isso que eu ia, desculpe deputado, é a primeira discussão. Não há problemas e nós podemos amanhã, através de uma emenda, fazer com que o projeto na segunda-feira volte à Comissão, dando um tempo para proceder alguma discussão em relação ao projeto. Acho que este encaminhamento é possível.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Perfeitamente.

Com a palavra, deputada Elza.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, o seguinte: na verdade, às vezes me confundo um pouco com esses trâmites, porque eu já havia conversado com o deputado Cartário.

A redação como está, inviabiliza os serviços funerários que estão sob a questão da municipalização. Chegamos num acordo de que faríamos um substitutivo, porque, se nós votarmos na forma original, todos os serviços hoje que são municipalizados, os serviços municipais funerários, como Londrina, Curitiba e várias cidades do Estado do Paraná, estariam inviabilizados. estariam impedidos. Apenas as funerárias particulares poderiam desenvolver esse serviço.

Então, o que está disposto na lei, não se aplicaria aos municípios que, em face de sua competência para legislar e regulamentar os serviços funerários, administram com exclusividade esses serviços.

Fiz apenas um artigo que seria incluído para que pudéssemos preservar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

V. Exa. poderá apresentar uma emenda quando o projeto estiver em 2ª discussão.

A SRA. ELZA CORREIA

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Está em votação a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 008/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/2003, de autoria do deputado Milton Pupio que altera dispositivos da Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a instituição de Taxa de Segurança Preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2003, de 05.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 242/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 242/2003 de autoria do deputado Milton Pupio, tem por escopo alterar dispositivos da Lei nº 10236, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a instituição de Taxa de Segurança Preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar.

A justificativa que dá ensejo à conversão em lei, do projeto ora sopesado, alude que é de obrigação do Poder Público promover a segurança em eventos públicos, no caso em tela as “exposições e feiras”. Fundamenta ainda

que este tipo de evento tem o escopo de fomentar a indústria, o comércio, a agricultura e a pecuária, já que destina-se a atrair milhares de pessoas.

Aduz também que este tipo de cobrança é ilegal, já que a realização deste tipo de evento é de interesse público, sendo, inclusive, organizada por Prefeituras, Municipais, Associações Comerciais e Industriais e também por Sociedades Rurais, fazendo fulgurar que a cobrança de taxa de Segurança Preventiva, traz uma onerosidade excessiva para este tipo de evento.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria; e fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 10.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 242/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 242/2003, de autoria do deputado Milton Pupio, altera dispositivos da Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, dispondo sobre a instituição de Taxa de Segurança Preventiva e Criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar.

A matéria recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

O artigo 8º e parágrafo segundo da Lei 10.236/92, vigoram com o seguinte conteúdo:

“Art. 8º - A Taxa de Segurança Preventiva - TSP - será paga na repartição arrecadadora do domicílio tributário do contribuinte ou na rede bancária autorizada, através de documento de arrecadação de modelo oficial.

§ 2º - São isentos da TSP os atos e documentos relativos:

I - às finalidades declaradas escolares, militares e eleitorais, político-partidárias e sindicais;

II - à situação funcional dos servidores públicos em geral, ativos ou inativos;

III - ao interesse de pessoas comprovadamente pobres;

IV - à segurança preventiva dos jogos de futebol (Lei 12.023, de 14 de janeiro de 1998);”

O objetivo da matéria é excluir da incidência da TSP as exposições-feiras.

Nos termos do artigo 150 da Constituição Federal, qualquer isenção relativa a taxas só poderá ser concedida mediante lei específica, que regule exclusivamente a matéria.

Em razão do exposto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 242/2003.

Sala das Comissões, em 18.06.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1479, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1481 a 1484, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1485 e 1486, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1487 a 1491, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1493, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1494, de autoria da deputada Arlete Caramês, com apoio dos deputados Duílio Genari, Ratinho Júnior, Waldir Leite, Elio Rusch e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1497 a 1500 e 1502 a 1517, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1501, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 1518 e 1520, de autoria do deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1522, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1523, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1524, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Queremos participar aos senhores parlamentares que a Sessão de amanhã será uma Sessão Especial Comemorativa ao Aniversário da Polícia Militar do Paraná, que comemora 149 anos de instalação, e a Associação da Vila Militar, que comemora 40 anos.

A Sessão será no horário regimental, às 14h30min, conforme requerimento aprovado no dia 16 de junho de 2003.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando para quarta-feira, dia 06, à

hora regimental, uma Sessão Especial Comemorativa ao 149º aniversário da Polícia Militar do Paraná e 40º aniversário da AVM-Associação da Vila Militar.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 107, 275 e 358/2003.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ELIO RUSCH EM SESSÃO DO DIA 05 DE AGOSTO DE 2003.

“Administração Pública e Desenvolvimento”

Dr. Duílio Luiz Bento

É inegável a relevância do papel desempenhado pela administração pública no desenvolvimento dos Estados do mundo civilizado contemporâneo. A administração pública vem experimentando representativo processo de transformação, resultado de pressões reformistas, dos estratos sociais e do próprio quadro econômico.

O Estado e seus quadros burocráticos buscam uma condição ideal desde a década de 30, quando assumem condições especial e se enquadram definitivamente num contexto de atores políticos com amplo conhecimento de suas responsabilidades.

Nesse sentido, a administração revelou a necessidade de revisitar sua estrutura carcomida, para adentrar no campo das definições estruturais, longe do papel burocrático, contraditório e próximo da lógica operacional científica.

Na verdade, à luz do ensinamento weberiano, especialmente aquele localizado no sistema racional - legal, a dinâmica estatal sobre o confronto positivo de idéias que conduzirão o aparelho público para novos encaminhamentos.

Nem tudo, porém, identifica situação inovadora capaz de anunciar transformação significativa, em se considerando que o impulso a partir da década de 50 entrou em crise nos anos 80.

De fato, o diagnóstico revela que o crescimento significativo do setor público foi materializado por avanço quase incontrolável, decorrente da expansão da administração direta e indireta. Somente no governo mili-

tar foram criadas mais de 300 empresas estatais, representativas de notável intervenção do Estado na economia.

Essa mudança do papel do Estado nos setores econômicos, político e administrativo tem sido amplamente discutida, por se constituir no fundamento indispensável à estabilidade democrática e ao combate às desigualdades. Dentro do projeto de reformulação da atividade estatal, vasta legislação foi aprovada, consubstanciada na Lei 4.320, nos Decretos-Leis nºs 200 e 201, na Lei 8.429, de Improbidade Administrativa, Lei 8.666, de Licitações, Constituição Federal de 1988 e várias Emendas Constitucionais. Estruturou-se, portanto, amplo arcabouço jurídico-legal capaz de constituir base infra-estrutural para o caminho das mudanças. No fundo, uma verdadeira poluição legal, própria da tradição latino-americana e bem consentânea com o estigma que persegue os países abaixo da linha do Equador: todos são desonestos até prova em contrário. Daí, o arsenal de legislação vigente no País, que faz a alegria de escritórios especializados, implanta formalismo rígido e incentiva o aspecto documental e papeliístico.

Em sentido complementar, o contexto de mudanças desejado, especialmente aquele recomendado pelo Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento, requer orientar-se pela flexibilização organizacional, capaz de tornar os governos mais ágeis, pela montagem de uma rede de relações mais democráticas entre a implantação de um modelo contratual e competitivo, a partir do qual se possa incrementar a eficiência e a efetividade das políticas públicas.

No entanto, mesmo diante da usina de idéias reformistas, a administração pública mergulhou numa séria crise atuacional, a partir do início da década de 80, fruto do esgotamento do modelo de 30.

Nessa linha, a estrutura do Poder Público foi atingida por três vetores básicos: clientelismo, corporativismo e corrupção. O primeiro, inchou a máquina pública de servidores nem sempre detentores da profissionalização exigida para os quadros do Estado. O corporativismo, associado ao populismo, criou séries de vantagens oportunistas e, muitas vezes indevidas, pressionando perigosamente o orçamento e a previdência, tudo desembocando para o bolso do contribuinte. A corrupção, que tem raízes internacionais, invadiu os quadros da administração, atacou o aparelho estatal, contaminou pessoas, gerou relações duvidosas e atingiu o cume da crença do cidadão na capacidade de o Estado gerir adequadamente seus recursos. É sabido que nada prejudica mais um governo do que uma atuação excessivamente paternalista, assistencialista, em que se perde o senso de equilíbrio, razoabilidade e finalidade do dinheiro público.

Na esteira dessa realidade insofismável ampliaram-se, também, as falhas de gestão de recursos públicos, consubstanciadas em gastos excessivos - geradores de déficits crônicos - ausência de compatibilização entre os orçamentos (LOA, LDO, PPA), discricionariedade admi-

nistrativa, aumento significativo do estoque da dívida e ausência de controle.

De outro lado, é crível afirmar que essas disfunções atacaram os três níveis de governo, com ênfase para o municipal, onde as improvisações, irresponsabilidades fiscais e ausência de visão estratégica, estrangularam as finanças e semearam a indisciplina orçamentária e financeira.

Esse estado de coisas passou a reclamar profundo revestimento institucional, capaz de rearticular os princípios fundamentais de gerência, à luz de nova proposta de gestão pública, o que, afinal, acabou por se configurar na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cabe destacar que esse documento técnico e jurídico representou a implantação de modelo administrativo assentado na Gestão Fiscal Responsável. Ela contempla, dentro da linha operacional nítida, a prevenção de déficits, a limitação da dívida a nível prudente, a preservação do patrimônio, a política tributária previsível, a transparência, a accountability e a responsabilização.

De outro lado, com suporte na vinculação a rigor decisório e ao planejamento, disseminou pressupostos fundamentais de condução do setor público, destacando que se deve gastar somente o que arrecadar, cada governo tem que caber dentro de seu território e cada governante tem que caber dentro do seu mandato.

Nesse sentido, tornou possível conceber a instituição de um espaço público liberto de regras ortodoxas de atuação e embasado num sentido modernizante e coerente, em que o desempenho do Estado construa uma convivência social clara e direcionada para o desenvolvimento.

Acima de tudo, é preciso pavimentar caminho que modernize a administração pública e a encaminhe para atuação que identifique a concepção que prega a conciliação entre responsabilidade fiscal, transparente, qualidade dos serviços públicos, eficiência, custos e o atendimento das demandas sociais.

Em tempo algum a máquina governamental esteve diante de tão rara oportunidade de se reencontrar, de resolver problemas e de redefinir sua responsabilidade diante do tecido social.

Mais do que isso, é forçoso reconhecer a necessidade de se construir cenários públicos que impliquem em se trabalhar para a conquista de espaços renovadores e que possam ampliar as bases democráticas do poder.

A modernização da administração pública passa, também, pela redefinição entre a sociedade e o Estado, edificando um setor público que, sob a ótica do Estado Democrático de Direito, insira o cidadão na gestão das políticas governamentais.

Por fim, a administração pública deve estar umbilicalmente vinculada ao planejamento e aos princípios éticos que balizam a condução da atividade governamental. Isto é uma exigência da cidadania e do próprio regime democrático.

Atos da Comissão Executiva:

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 08/2003
Autoria do deputado Delegado Bradock

SÚMULA:

Sugere a criação da 21ª Subdivisão Policial, concomitante com a implantação do IML na cidade de Laranjeiras do Sul.

1 - A criação na cidade de Laranjeiras do Sul, no Centro-Oeste do Estado do Paraná, da 21ª Subdivisão da Polícia Civil, bem como ainda a implantação concomitante do Instituto Médico Legal.

2 - Pertenceria à 21ª Subdivisão Policial as seguintes cidades: Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Marquinhos, Virmond, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Cantagalo, Quedas do Iguaçu, Espigão do Iguaçu, Palmital e Laranjal.

3 - Caberia ao Estado do Paraná através da Secretaria Estadual da Segurança Pública, suprir o efetivo da Subdivisão Policial criada de acordo com as necessidades da região.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 02.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Há casos de uma família em estado de dor por ter perdido um ente querido ficar até 12 ou 14 horas para ter o corpo de seu familiar liberado pelo IML mais próximo, que no caso desta região ou se leva para Guarapuava ou Pato Branco ou para Ponta Grossa, sem falar ainda mais dos exames de lesões corporais ou outros tipos de exames que a justiça reclama ou ainda demais exames de natureza corriqueira que deveriam ser feitos por médicos legistas, mas que muitas vezes o delegado - quando há delegado - nomeia algum médico dos hospitais que com boa vontade fazem o exame muitas vezes sem a qualificação para tal, tendo em vista que não é sua especialidade.

Enfim, há necessidade premente que seja instalada com urgência a 21ª SDP de Laranjeiras do Sul para que com a instalação, por mais precária que seja, é um grande avanço trazendo muitos benefícios para toda a região e principalmente, tirando do esquecimento toda esta região.

Destaca-se que com a criação da sede da Subdivisão Policial em Laranjeiras do Sul, estaremos devolvendo a esta cidade a marca da sede regional como ela já o é, em muitos outros campos da economia paranaense.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 09/2003
Autoria do deputado Durval Amaral

SÚMULA:

Solicita providências para a proteção da jornalista Cristina Mattos e sua família.

I - Atendendo Ofício nº 852/2003, do vereador Carlos Alberto Bordin, 1º secretário da Câmara Municipal de Londrina, solicitamos providências para a proteção incondicional da jornalista Cristina Mattos e sua família, em decorrência das ameaças recebidas recentemente. A jornalista Cristina Mattos tem atuado, de forma contundente, na defesa dos direitos da nossa cidadania.

II - A iniciativa da solicitação aprovada pela Câmara Municipal de Londrina foi dos vereadores Maurício de Souza Barros, Félix Ribeiro, Orlando Bonilha e Tercílio Turini e da vereadora Márcia Lopes.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 02.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 010/2003
Autoria do deputado Hermes Fonseca

SÚMULA:

Sugere à Sra. Marina Silva, que se realize trabalho parlamentar que impeça a aprovação de Projeto de Emenda Constitucional nº 043/2000.

Considerando que,

Saneamento, segundo definição contida no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, é o ato ou efeito de sanear e no conceito urbanístico é a série de medidas que tornam uma área sadia, limpa, habitável, oferecendo condições adequadas de vida para uma população ou para a agricultura e nestas ações a água torna-se imprescindível.

Saneamento é ação de saúde pública, desenvolvimento econômico, proteção do meio ambiente e um direito do cidadão. É também um monopólio natural, o que elimina a possibilidade de concorrência entre os prestadores desse serviço essencial à vida. Saneamento é um bem social que não pode ser confundido com mercadoria, por isso deve ser mantido sob gestão pública. Trata-se do último setor de infra-estrutura do país que ainda não foi privatizado.

A Constituição, em seu artigo 30, determina que os municípios brasileiros são os titulares para a gestão do saneamento, detêm o poder concedente sobre os serviços e são, portanto, responsáveis pela regulamentação de sua prestação, quando os serviços forem concedidos. A gestão municipal do saneamento assegura a integração e o planejamento das várias políticas públicas, como saúde, desenvolvimento urbano, meio ambiente. O município faz saneamento com tarifas mais baratas em relação às praticadas pelas companhias estaduais de saneamento, apresentando maior cobertura de atendimento e utilizando tecnologias apropriadas às populações atendidas.

As exigências econômicas da globalização determinam o desmantelamento de vários setores da economia das nações, como prova o memorando do FMI. O questionamento da titularidade do município sobre o saneamento exhibe a face da política de globalização de

concentrar renda e poder, porque o Poder Local é instrumento de descentralização de renda, de exercício de participação e democracia, gestão eficiente e de resultados comprovados do serviço público. A determinação de privatizar o saneamento está expressa no memorando de política econômica firmado entre o governo brasileiro e o FMI, em 08 de março de 1999. Para privatizar o governo sabe que é indispensável a reforma da Constituição e a mudança da legislação que dispõe sobre as concessões dos serviços públicos de água e esgoto.

O município é a fonte geradora das tarifas e a gestão do saneamento mais próxima da população, requer das prefeituras compromisso com a qualidade e eficiência ao atendimento.

A Titularidade Municipal sobre os serviços de saneamento, estimula o controle social e a participação da população no estabelecimento dessas políticas públicas.

No exercício de sua autonomia municipal, compete ao município entre outros, legislar sobre assuntos de interesse local assim como, organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local, conforme dispõe o artigo 30, inciso V, da Constituição Federal.

O golpe constitucional que se configura com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 043/2000 que pretende retirar do Estado a competência sobre as águas subterrâneas, situando para mais longe a competência e necessidade dos municípios sobre a questão do saneamento, visando, talvez, a venda em bloco desse setor de serviços especiais e estratégicos. Dentre os serviços públicos existentes no Brasil cuja responsabilidade pertence ao Poder Público, o saneamento com certeza é o mais atraente e mais rentável por se tratar de monopólio natural. Não há qualquer possibilidade de competição na prestação desses serviços. Aliás, essa é uma das razões que nos leva a sermos contrários à sua outorga para a iniciativa privada. Mas o governo agora aliado aos secretários estaduais de Saneamento, pretende novamente tirar do município e dos prefeitos a autonomia de decidir sobre o que é melhor para a população local.

A Titularidade Municipal sobre os serviços de saneamento, estimula o controle social e a participação da população no estabelecimento dessas políticas públicas e não podemos permitir que o governo federal concretize a retirada da titularidade municipal, perdendo o município toda e qualquer possibilidade de gerir e decidir sobre as prioridades locais.

Faz-se necessária a implantação de uma política nacional de saneamento que contemple ações de saúde pública, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e tratamento de resíduos sólidos, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, a fim de afirmar um serviço público que garanta os princípios básicos da universalização, equidade, integralidade e gestão com participação e controle social.

Os direitos humanos serão feridos ao tratar a água como mercadoria e não mais como um bem público, assim como viola o princípio constitucional da isonomia quando não contempla na universalização do serviço de saneamento básico à população rural e condiciona o acesso ao serviço mediante o pagamento de tarifas.

Não há justificativa para cassar a titularidade dos Estados em favor da União, sob o mote do interesse comum.

A rejeição pelo Congresso Nacional do projeto de Emenda à Constituição 043/2000, sob pena de criar entraves no desenvolvimento e regulamentação do setor de saneamento básico, por ser água, como já salientamos, essencial à manutenção desses serviços.

Ainda, considerando a complexidade e a importância da regulamentação da política de saneamento básico, propomos uma ampla discussão com a sociedade e entidades responsáveis pela prestação desses serviços, principalmente com os municípios, a fim de construir uma proposta que respeite a Constituição da República Federativa do Brasil e os reais interesses do povo brasileiro.

Lutar pela implantação de uma política nacional de saneamento que contemple ações capazes de assegurar o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem de águas pluviais, o tratamento dos resíduos sólidos e o controle da transmissão de doenças nas áreas urbanas e rurais, que garanta os princípios básicos da universalidade, integralidade e gestão pública com controle social.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 02.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 011

Autoria do deputado Mauro Moraes

SÚMULA:

Sugere a inclusão da matéria de Introdução à Filosofia nas Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino Fundamental e Médio.

1º - A inclusão do conteúdo de Introdução à Filosofia nas Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino Fundamental e Médio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 02.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Esta seria a forma de despertar nos jovens o gosto pelas letras, artes e valores humanísticos, preparando-os para um futuro que se configura como o da automação, do avanço tecnológico, e cujo um dos desafios será a integração do homem com esse novo ambiente.

Um dos temas mais debatidos é a crise do ensino brasileiro. Não se trata apenas de uma crise estrutural, mas também curricular. Esvazia-se nas escolas a prática do pensamento autônomo, devido ao abandono de estímulo à formação de idéias. A falta dessa prática estabiliza os valores morais e faz com que o adolescente tenha um desenvolvimento confuso.

Acreditamos que o ensino da filosofia nas escolas possa vir a colaborar com a formação iniciada na família, ao mesmo tempo em que dotará o jovem de uma visão mais ampla sobre a sociedade em que vive, e mesmo sobre sua individualidade.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 012/2003

Autoria do deputado Alexandre Curi

SÚMULA:

Sugere instituir no Calendário Escolar da Rede de Ensino Fundamental, Médio e Superior, a Semana Turística Cultural.

1 - Instituir no calendário escolar da rede de ensino fundamental, médio e superior, a Semana Turística Cultural, compreendendo 05 (cinco) dias sucessivos de segunda a sexta do ano letivo.

2 - A Semana Turística Cultural, de cunho pedagógico seria desenvolvida através de viagens a municípios paranaenses e em pontos turísticos reconhecidos pelos poderes públicos municipais ou estaduais, com a participação de formandos nos anos de suas formaturas.

3 - A data da sua ocorrência seria definida pela direção de cada instituição de ensino.

4 - Para efeito de frequência seria considerada como presença, contabilizado em horas/aula, os dias de afastamento dos alunos formandos para a participação no evento.

5 - O aluno deveria demonstrar o conhecimento cultural adquirido através de avaliação realizada pelo estabelecimento de ensino na forma por ele estabelecida.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 02.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem como escopo assegurar aos estudantes paranaenses o exercício da Semana Turística e ampliar o conhecimento cultural dos alunos do ensino fundamental, médio ou superior, através de viagens a municípios paranaenses onde aconteceram fatos históricos, ou ainda conhecer a tradição, a cultura e locais turísticos das diversas regiões do Estado, durante um determinado período que denominaríamos Semana Turística Cultural.

A Semana Turística Cultural aconteceria no período de 05 (cinco) dias consecutivos em data que seria estabelecida pela instituição educacional, em cada ano que ocorrer formatura, devendo ser realizada no território

paranaense, com a participação dos formandos, sendo que, após o retorno, o aluno seria submetido à avaliação quanto aos conhecimentos culturais adquiridos, podendo somar o resultado dessa avaliação as demais notas de disciplina ou disciplinas indicadas pelo estabelecimento, auxiliando na formação da sua nota final.

Acreditamos que esse período seria de fundamental importância para os alunos, contribuindo para sua formação cultural, cujo conhecimento poderia ser utilizado futuramente no desenvolvimento de outras atividades escolares.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para a aprovação da presente indicação.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE TURISMO

15ª LEGISLATURA - 1ª LEGISLATURA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões sob a presidência do senhor deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Indicação nº 46/2003, de autoria do deputado Dobransino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO na forma de Substitutivo Geral. Nada mais havendo a tratar, encerrando os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente

Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Doutor Luciano, Antonio Annibelli, Marcos Isfer, Durval Amaral, Tadeu Veneri, Delegado Bradock, Jocelito Canto, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Nelson Justus, Marcos Isfer, Elza Correia, Ratinho Júnior e Pastor Edson Praczyk. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Antonio Annibelli- APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 76/2003 de

autoria do deputado Chico Noroeste. O deputado Delegado Bradock SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 02) Projeto de Lei nº 199/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do deputado Duílio Genari encaminhando para Indicação Legislativa- APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 260/2003 de autoria do deputado Renato Gaúcho - PARECER FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 264/2003 de autoria do deputado Mauro Moraes- Parecer CONTRÁRIO do deputado Duílio Genari encaminhando para Indicação Legislativa- APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 293/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Durval Amaral - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 295/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior. O presidente submete à apreciação da Comissão a solicitação de retirada da matéria de pauta - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 297/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. O deputado Antonio Anibelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 08) Projeto de Lei nº 273/2003 de autoria do deputado Barbosa Neto. O deputado Antonio Anibelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 09) Projeto de Lei nº 274/2003 de autoria do deputado Barbosa Neto. O deputado Antonio Anibelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 10) Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria do deputado André Vargas e outros. O presidente determina a retirada de pauta da presente matéria em função da Audiência Pública sobre este tema que está sendo realizada no Plenarinho desta Casa; 11) Projeto de Lei nº 312/2003, de autoria da deputada Elza Correia. CONCEDIDA VISTAS ao deputado Hermes Fonseca; 12) Projeto de Lei nº 336/2003 de autoria do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO. Com voto CONTRÁRIO dos deputados Durval Amaral e Nelson Justus; 17) Projeto de Lei nº 337/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO, com voto CONTRÁRIO dos deputados Durval Amaral e Nelson Justus; 18) Projeto de Lei nº 338/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO, com voto contrário dos deputados Durval Amaral e Nelson Justus; 19) Projeto de Lei nº 339/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO, com voto CONTRÁRIO dos deputados Durval Amaral e Nelson Justus; 20) Projeto de Lei nº 340/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO, com voto CONTRÁRIO dos deputados Durval Amaral e Nelson Justus; 21) Projeto de Lei nº 341/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO, com voto contrário dos deputados Durval Amaral e Nelson Justus; 22) Projeto de Lei nº 282/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 342/2003, de

autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli- APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 346/2003 de autoria do deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
3ª SESSÃO ORDINÁRIA - Utilidade Pública

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Doutor Luciano, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Durval Amaral, Tadeu Veneri, Delegado Bradock, Jocelito Canto, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Nelson Justus, Elza Correia, Ratinho Júnior e Pastor Edson Praczyk. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, com base na alínea “b”, do inciso II, do artigo 28 do Regimento Interno, aprovando os projetos de lei a seguir que objetivam declarar entidades de Utilidade Pública. 01) Projeto de Lei nº 04/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 02) Projeto de Lei nº 35/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 03) Projeto de Lei nº 36/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 04) Projeto de Lei nº 37/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 05) Projeto de Lei nº 38/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 06) Projeto de Lei nº 53/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 07) Projeto de Lei nº 61/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 08) Projeto de Lei nº 65/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 09) Projeto de Lei nº 71/2003, de autoria do deputado Dr. Luciano. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 10) Projeto de Lei nº 80/2003, de autoria do deputado Elio Rusch. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 11) Projeto de Lei nº 84/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Com

Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 12) Projeto de Lei nº 94/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 13) Projeto de Lei nº 116/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 14) Projeto de Lei nº 119/2003, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em Redação Final; 15) Projeto de Lei nº 58/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Com Parecer FAVORÁVEL com emenda substitutiva da CCJ - APROVADO em 3ª Discussão; 16) Projeto de Lei nº 87/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Com Parecer FAVORÁVEL com emenda substitutiva da CCJ - APROVADO em 3ª Discussão; 17) Projeto de Lei nº 88/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Com Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em 3ª Discussão; 18) Projeto de Lei nº 89/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Com Parecer FAVORÁVEL com emenda substitutiva da CCJ - APROVADO em 3ª Discussão; 19) Projeto de Lei nº 90/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Com Parecer FAVORÁVEL com emenda substitutiva da CCJ - APROVADO em 3ª Discussão; 20) Projeto de Lei nº 91/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Com Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em 3ª Discussão; 21) Projeto de Lei nº 137/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em 2ª Discussão e APROVADO o requerimento do deputado Marcos Isfer solicitando dispensa de Redação Final; 22) Projeto de Lei nº 177/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em 2ª Discussão e APROVADO o requerimento do deputado Marcos Isfer solicitando dispensa de Redação Final; 23) Projeto de Lei nº 190/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em 2ª Discussão e APROVADO o requerimento do deputado Marcos Isfer solicitando dispensa de Redação Final; 24) Projeto de Lei nº 191/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em 2ª Discussão e APROVADO o requerimento do deputado Marcos Isfer solicitando dispensa de Redação Final; 25) Projeto de Lei nº 195/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em 2ª Discussão e APROVADO o requerimento do deputado Marcos Isfer solicitando dispensa de Redação Final; 26) Projeto de Lei nº 196/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em 2ª Discussão e APROVADO o requerimento do deputado Marcos Isfer solicitando dispensa de Redação Final; 27) Projeto de Lei nº 202/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em 2ª Discussão e APROVADO o requerimento do deputado Marcos Isfer solicitando dispensa de Redação Final; 28)

Projeto de Lei nº 263/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer. Com Parecer FAVORÁVEL da CCJ - APROVADO em 2ª Discussão e APROVADO o requerimento do deputado Marcos Isfer solicitando dispensa de Redação Final; 29) Projeto de Lei nº 56/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em 2ª discussão; 30) Projeto de Lei nº 57/2003 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em 2ª discussão; 31) Projeto de Lei nº 131/2003 de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em 2ª discussão; 32) Projeto de Lei nº 132/2003 de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em 2ª discussão; 33) Projeto de Lei nº 154/2003 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em 2ª discussão; 34) Projeto de Lei nº 155/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em 2ª discussão. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lucia Andretta - Secretária

Atas de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 24ª REUNIÃO

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Delegado Bradock, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo Ilkiv, Ademir Bier, Miltinho Pupio e Francisco Bühner. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. Em seguida o senhor presidente tornou público que irá repassar aos deputados-membros da Comissão, o CD-Room, contendo a base de dados, alertando sobre a responsabilidade do sigilo das informações nele contidas. A seguir solicitou a presença do depoente Valdir Perin. O advogado desse, informou que os seus clientes não adentrariam ao recinto da reunião, a menos que a imprensa se retirasse do local, alegando preservação de imagem. O senhor presidente esclareceu que a reunião é pública e não iria atender àquela solicitação. Em seguida solicitou a presença dos depoentes Valdir Perin e Ércio de Paula dos Santos. Como estes não compareceram e

sabendo-se que um dos depoentes estava na parte externa do prédio deste Poder, o deputado Neivo Beraldin solicitou que a Segurança o conduzisse até o local da reunião. A Segurança da Casa informou que o depoente Ércio de Paula dos Santos, quando avistou o seu advogado saindo do prédio, evadiu-se apressadamente do local. Diante deste fato o senhor presidente submeteu à deliberação da Comissão o pedido de prisão preventiva dos senhores Valdir Perin e Ércio de Paula dos Santos. o deputado Delegado Bradock acrescentou que o pedido é pertinente, pelo clamor social e desrespeito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Em votação. APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO BANESTADO
ATA DA 25ª REUNIÃO

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenário), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Delegado Bradock, Pedro Ivo Ilkiv, Ademir Bier, Miltinho Pupio e Francisco Bühner. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados-membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário